

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Lia Márcia Barroso Jucá Rolim**

**Práticas de tradução no Ocidente: uma  
retrospectiva histórica**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
graduação em Letras do Departamento de Letras da  
PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria Paula Frota

Rio de Janeiro

Abril de 2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Lia Márcia Barroso Jucá Rolim**

**Práticas de tradução no Ocidente: uma  
retrospectiva histórica**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

---

**Profa. Maria Paula Frota**

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

---

**Profa. Helena Franco Martins**

Departamento de Letras – PUC-Rio

---

**Profa. Aurora Maria Soares Neiva**

Departamento de Letras Anglo-Germânica – UFRJ

---

**Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade**

Coordenador Setorial do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

## Lia Márcia Barroso Jucá Rolim

Graduou-se em Letras na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 1991. Concluiu o curso de pós-graduação (*latu sensu*) em *Business with concentration in Human Resources Management* na UCLA (University of California Los Angeles) em 2000. Coursou a Especialização em Tradução inglês-português na (PUC-Rio) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2002. Participou de diversos projetos de tradução de textos administrativos com ênfase na área de Recursos Humanos.

### Ficha Catalográfica

Rolim, Lia Márcia Barroso Jucá

Práticas de tradução no ocidente : uma retrospectiva histórica / Lia Márcia Barroso Jucá Rolim ; orientadora: Maria Paula Frota. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de Letras, 2006.

80 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras.

Inclui referências bibliográficas.

1. Letras – Teses. 2. Práticas tradutórias. 3. Estudo histórico. 4. Ensino da tradução. I. Frota, Maria Paula. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. IV. Título.

CDD: 400

Aos meus filhos  
Catarina e Davi

## Agradecimentos

A Deus sempre em primeiro lugar.

Ao meu marido, Paulo, pela paciência, pelo carinho e pelo amparo nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Aristão e Lecy, pela força que me ensinaram a ter.

Aos meus sogros, Jucá e Ivone, pelo apoio de sempre.

Aos meus irmãos, Aristão e Marcos, pelo suporte nesses dois anos.

À minha orientadora, Maria Paula Frota, pelo incentivo para ingressar no Mestrado e pela orientação criteriosa.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos.

Aos professores que aceitaram participar da banca de defesa: Aurora Neiva, Helena Martins e Maria Carmelita Dias.

Aos professores da PUC-Rio, pelos ensinamentos.

À professora Carmem Haning, pela revisão do texto.

À Chiquinha, pelo apoio emocional.

Às amigas Adriana, Célia, Ivana, Lisa, Mônica Caruso, Mônica Haas, Sabrina e Sandra pelo carinho e paciência.

À Gabriela Castelo Branco e Rebecca Atkinson, amigas conquistadas durante esses dois anos de estudo.

A todos os amigos e familiares que de uma forma ou de outra me estimularam ou ajudaram.

## Resumo

Rolim, Lia Márcia Barroso Jucá; Frota, Maria Paula (Orientadora). **Práticas de tradução no Ocidente: uma retrospectiva histórica.** Rio de Janeiro, 2006. 80p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Este trabalho apresenta algumas das práticas tradutórias mais significativas na história do mundo ocidental. Tal apresentação segue a linha do tempo, abrangendo parte da periodização histórica tradicional: Antigüidade Clássica, Idade Média, Renascimento e Iluminismo. Além das práticas tradutórias enfocadas nesses períodos, todas elas européias, a presente dissertação examina práticas de tradução realizadas no Brasil desde a chegada dos portugueses até a década de 1960. O estudo dessas práticas de um ponto de vista histórico fornece elementos para a compreensão de que há diferentes modos de traduzir, que estes vinculam-se a funções que a tradução exerce em cada tempo e lugar, e que essas funções, por sua vez, estão submetidas às relações de poder vigentes nos diversos contextos sócio-culturais, sob diversas ideologias e interesses político-econômicos.

## Palavras-chave

Práticas tradutórias, estudo histórico, poder.

## Abstract

Rolim, Lia Márcia Barroso Jucá; Frota, Maria Paula (Advisor). **Translation practices in the Western World: a historical retrospective.** Rio de Janeiro, 2006. 80p. MSc. Dissertation – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work presents some of the most important translation practices in Western history. The practices are presented chronologically with respect to traditional historical periods: Classical Antiquity, the Middle Ages, the Renaissance, and the Enlightenment. In addition to the translation practices of these periods, all of them European, this thesis examines translation practices employed in Brazil from the arrival of the Portuguese until the 1960s. The study of these practices from a historical perspective provides elements for understanding that the different ways of translating are related to the functions of translation in each place and time period, and that these functions are subject to the prevailing power relations in the diverse socio-cultural contexts, according to a range of political and economic interests and ideologies.

## Keywords

Translation practices, historical study, power.

## Sumário

1. Introdução	9
2. Esclarecimento terminológico-conceitual	12
3. Antigüidade Clássica: os romanos (séculos 6 a.C – 5 d.C.)	15
3.1. Contextualização: as civilizações grega e romana	15
3.1.1. A civilização grega	15
3.1.2. A civilização romana	16
3.2. A prática tradutória dos romanos	16
4. Idade Média (séculos 4 – 15): as práticas tradutórias de São Jerônimo, de Boécio e da Escola de Toledo	22
4.1. Contextualização	22
4.1.2. Breve panorama da tradução no período medieval: tradução sacra vs. tradução profana	22
4.2. As práticas tradutórias de São Jerônimo e de Boécio	25
4.3. A prática tradutória da Escola de Toledo	27
5. Renascença (séculos 14 – 16): práticas tradutórias na Inglaterra, França e Alemanha	31
5.1. Contextualização	31
5.2. Um panorama da tradução na Europa renascentista	32
5.3. A tradução na Inglaterra renascentista	33
5.4. A tradução na França renascentista	37
5.5. A tradução na Alemanha renascentista: a Bíblia de Lutero	39
	45
6. Iluminismo (séculos 17 e 18): práticas tradutórias na Inglaterra e na França	
6.1. Contextualização	45
6.2. A tradução na Inglaterra na época augustana: final do século 17 ao final do 18	46
6.3. A prática tradutória na França: séculos 17 e 18	50
7. A tradução no Brasil: do século 16 ao 20	53
7.1. Contextualização	53
7.2. A prática tradutória dos romances-folhetins no Brasil do século 19	58
7.3. A tradução no Brasil da primeira metade do século 20	63
7.4. A prática tradutória do Clube do Livro: de 1943 a 1960	67
Conclusão	72
Referências bibliográficas e bibliografia por capítulo	76

## Introdução

Esta dissertação apresenta uma retrospectiva histórica de algumas das práticas tradutórias mais significativas no Ocidente, com o intuito de fornecer elementos para a compreensão de que há diferentes modos de traduzir e de que eles dependem da função atribuída à tradução, função essa regida por interesses políticos, religiosos, ideológicos, lingüísticos, sociais e/ou culturais do contexto em que se realiza.

Em 1975, James Holmes propôs no texto “The name and nature of translation studies” (Bassnett-McGuire, 1980), o nome Estudos da Tradução para designar um campo de estudo que vinha se configurando como uma disciplina independente. A configuração dessa disciplina especificamente voltada para a tradução desencadeou o interesse de especialistas da área pela história dessa atividade. Tal historiografia atingiu seu apogeu nos anos 1990. Muitos estudos foram desenvolvidos, mas as práticas tradutórias não constituíram objeto central, tendo ficado dispersas entre considerações focadas em outros tópicos da história da tradução, tais como os papéis do tradutor, as funções da tradução, suas teorias.

Este trabalho surgiu da necessidade que senti, como aluna de tradução, de conhecer a história dessa atividade e compreender sua relação com os contextos nos quais vem sendo realizada. O leigo, e mesmo profissionais da área, desconhece a diversidade inerente à atividade tradutória, tendendo a imaginar que ela se realiza da mesma maneira e com um mesmo propósito ao longo do tempo e em qualquer lugar. O aluno de tradução em geral se surpreende quando fica sabendo que a tradução vem se realizando de diferentes modos. Não tendo encontrado estudos historiográficos exclusivamente voltados para as práticas tradutórias, considerei que seria relevante produzir um texto que reunisse as mais significativas. Procurei organizá-las de forma didática, com vistas a facilitar seu entendimento e seu ensino.

Minha pesquisa tem como fontes bibliográficas obras importantes, tais como *Os tradutores na história*, tradução brasileira de 1998 do original *Translators through history*, lançado em 1995 e organizado pelos canadenses Jean

Deslile e Judith Woodsworth; *Translation studies* (1980), de Susan Bassnett-McGuire; *Western translation theory: from Herodotus to Nietzsche* (2002), de Douglas Robinson; *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil* (2003), de Lia Wyler; e a *Routledge encyclopedia of translation studies* (1998), organizada por Mona Baker.

Cabe lembrar que as fontes deste trabalho são, na grande maioria, secundárias; ou seja, elas consistem em pesquisas já realizadas por estudiosos da tradução, os quais, estes sim, recorreram a fontes primárias. Um bom exemplo é o livro de Lia Wyler, pioneiro no estudo da história da tradução no Brasil. Ela investiga documentos diversos, trabalhos sobre a literatura brasileira, sobre a história do Brasil etc. Encarando-se de outro modo a natureza de minhas fontes, seria possível considerá-las primárias se entendermos a presente dissertação como uma historiografia das práticas tradutórias tal como elas vêm sendo construídas pelos historiadores da tradução.

A primeira etapa do estudo constituiu em um levantamento bibliográfico no português e no inglês. Após uma primeira leitura dos textos escolhidos, percebi que seria importante delimitar meu objeto de estudo, uma vez que as práticas tradutórias são inúmeras. Assim sendo, selecionei aquelas mais frequentes na bibliografia disponível, vendo-as, com base nesse critério, como as mais significativas hoje. Nesse sentido foram privilegiadas práticas que se deram em alguns momentos e em algumas culturas, excluindo-se, por exemplo, todo o universo oriental.

Os capítulos foram concebidos de modo a que cada um abordasse determinada(s) prática(s) em determinado período histórico – o quarto capítulo, por exemplo, apresenta as práticas medievais de São Jerônimo, de Boécio e da Escola de Toledo. Talvez caiba lembrar que, embora o meu trabalho não envolva, digamos assim, uma autoria inaugural, todo ele está submetido, como não poderia deixar de ser, aos filtros que nortearam minhas leituras e recortes. Busquei destacar, em diferentes momentos históricos, fatores de poder que circunscreveram às práticas de tradução determinadas maneiras de realizar-se. Tais fatores prendem-se à natureza do poder vigente em cada tempo e contexto sócio-cultural, sob diversas ideologias e interesses políticos-econômicos, nos campos mais específicos da religião, da literatura e da língua, entre outros.

A relevância desse viés justifica-se no entendimento de que as práticas tradutórias sempre estiveram submetidas a tais forças, o que desaconselha totalmente um olhar ingênuo sobre sua história. Entender as práticas tradutórias em sua complexidade histórica possibilita não só uma visão mais acurada destas como também, e aqui penso exclusivamente nos tradutores, uma responsabilidade maior em relação às suas funções, aos seus papéis como agentes culturais.

Dedico o próximo capítulo desta dissertação a um esclarecimento terminológico-conceitual, importante para o entendimento das práticas tradutórias no decorrer do trabalho. A divisão dos demais capítulos corresponde à periodização histórica tradicional, destacadas algumas práticas que vão da Antigüidade Clássica à contemporaneidade – até a década de 1960. Esta última temporalidade privilegia somente o Brasil, em um esforço de destacar meu país no âmbito da pesquisa histórica da tradução.

Quanto à indicação das fontes utilizadas, indicarei ao final do trabalho não apenas as referências bibliográficas mas também, sob o termo “bibliografia”, alguns títulos que me foram importantes embora não tenham sido citados nem explicitamente referidos.

## 2

### Esclarecimento terminológico-conceitual

De maneira geral, o leigo desconhece totalmente a complexidade da atividade tradutória. Por isso, além de vários outros equívocos, crê que só existe uma maneira de traduzir: colocar em outra língua exatamente o que estava contido no texto original.

Os estudiosos da tradução, todavia, sabem da complexidade da tradução, das muitas maneiras possíveis de traduzir e da diversidade de fatores que determinam as estratégias<sup>1</sup> tradutórias, tais como as diferenças entre as línguas, os contextos e os objetivos das traduções. Assim, eles empreenderam a tarefa de classificar os diferentes modos de traduzir e distribuí-los em várias tipologias para ajudar os tradutores a melhor realizar seu trabalho. Se por um lado essas tipologias ampliaram o universo de conhecimento acerca das práticas tradutórias – o que foi um benefício –, por outro lado resultaram numa “confusão” causada pela enorme quantidade de tipos de tradução, os quais muitas vezes pouco diferem entre si.

Vinay e Darbelnet (1958), por exemplo, propõem a tradução direta e a oblíqua; Nida (1964), a equivalência formal e a dinâmica; Catford (1965), a tradução plena, a parcial, a total, a restrita, a limitada, a não limitada, a livre, a literal e a palavra-por-palavra; Vázquez-Ayora (1977), a tradução literal e a oblíqua; e Newmark (1981), a equivalência semântica e a comunicativa (ver Barbosa, 2004). Para cada uma dessas tipologias, os autores apresentam um grande número de procedimentos técnicos de tradução possíveis de serem utilizados.

A título de simplificação, terei como base apenas os modos de traduzir mais comuns na literatura disponível. Visto que as fontes desta dissertação são escritas no inglês e no português, que há convergência de sentido dos termos utilizados em ambas, o esclarecimento será no âmbito dessas duas línguas.

Os termos-conceitos mais usados são os seguintes:

---

<sup>1</sup>Neste trabalho utilizo os termos “estratégias” e “procedimentos” como sinônimos, significando um conjunto de recursos que norteiam o trabalho de um tradutor em um caso específico.

- tradução palavra-por-palavra (*word-for-word translation*) ou tradução literal (*literal translation*) → aquela pretensamente fiel à forma e ao conteúdo<sup>2</sup>;
- tradução sentido-por-sentido (*sense-for-sense translation*) ou tradução livre (*free translation*) ou tradução literal (*literal translation*) → aquela supostamente fiel ao conteúdo e livre na forma;
- imitação (*imitation, imitatio*) ou adaptação (*adaptation*) ou tradução criativa → aquela que seria livre na forma e no conteúdo;

Tanto no português quanto no inglês, os termos “literal” e *literal* apresentam uma ambigüidade, podendo designar dois tipos de tradução. Na *Encyclopedia of translation studies* (Baker, 1998; doravante *Encyclopedia*), *literal translation* é entendida como *word-for-word translation*, ou seja, aquela que se pretende fiel à forma e ao conteúdo:

Literal translation, also called word-for-word translation [...], is ideally the segmentation of the SL [source language] text into individual words and TL [target language] rendering of those word-segments one at a time. (p. 125)

Já no *Dictionary of translation studies* (Schuttleworth e Cowie, 1997; doravante *Dictionary*), há uma divergência na definição de *literal translation*: em alguns casos esta é entendida como *word-for-word translation*, enquanto em outros, como *sense-for-sense translation*, isto é, fiel ao conteúdo, mas livre na forma.

literal translation is sometimes understood as including the related notion of WORD-FOR-WORD TRANSLATION. [...] Catford also offers a definition based on the notion of UNIT OF TRANSLATION: he argues that a literal translation takes word-for-word translation as its starting point, although because of the necessity of conforming to TL [target language] grammar, the final TT [target text] may also display group-group or clause-clause EQUIVALENCE. [...] Nabokov, for example, describes it as “rendering, as closely as the associative and syntactical capacities of another language allow, the exact contextual meaning of the original”. (pp. 95-96)

---

<sup>2</sup>Não desconheço as críticas que podem ser feitas, pós-modernamente, a essa dicotomia forma/conteúdo, na medida em que se sabe o quanto essas duas instâncias são mutuamente constitutivas. Também se pode ver como criticável o uso do termo “conteúdo”, já que não mais se acredita que os significados estejam *contidos* nas palavras. No entanto, com essas ressalvas, mantenho o termo e a dicotomia, considerando o seu uso consagrado e a sua importância operacional nesta dissertação.

Francis Aubert (1987) também define tradução “literal” como fiel ao conteúdo e livre na forma e, portanto, o mesmo que tradução sentido-por-sentido:

pode-se, ainda, entender por tradução literal aquela em que se observa uma fidelidade semântico-contextual estrita, adequando a morfo-sintaxe e o estilo às normas e usos da LC. (p. 16)

Quanto à tradução “livre” (*free translation*), ao contrário do que o termo pode sugerir, ela é aquela supostamente fiel ao sentido do original e livre apenas na forma – para adequar-se à língua de chegada. Nas palavras de Frota (2000: 100), “trata-se de uma estratégia tradutora que, através de uma liberdade apenas formal, propiciaria total fidelidade semântica”.

No *Dictionary* (1997):

[free translation is] a type of translation in which more attention is paid to producing a naturally reading TT [target text] than to preserving the ST [source text] wording intact; also known as SENSE-FOR-SENSE TRANSLATION. (p. 62)

No percurso da história, alguns tradutores brasileiros utilizaram o termo “livre” para designar também um tipo de tradução que em geral, aqui no Brasil, denominamos tradução “criativa” ou “adaptação” ou, mais recentemente “imitação”.

A imitação (*imitation* no inglês e *imitatio* no latim) é aquela livre na forma e no conteúdo:

In ordinary English, *imitation* means slavish copying, mimicking, miming. Through a strange linguistic history, however, the word has come to mean almost the exact opposite in translation theory: doing something totally different from the original author, wandering too far and too freely from the words and sense of the SL text. (*Encyclopedia*, 1998: 111)

Na imitação (*imitation*, *imitatio*), o tradutor assume a liberdade de moldar o texto, tanto formal quanto semanticamente, segundo sua vontade. O conceito de imitação tem atraído a atenção de estudiosos da tradução que questionam se esse tipo de reescrita é realmente tradução. John Dryden (1631-1700), já no século 17 afirmou:

o tradutor (se é que já não perdeu esse nome) assume a liberdade não somente de variar as palavras e o sentido, mas de abandoná-los quando achar oportuno, retirando somente a idéia geral do original, atuando de maneira livre, a seu bel-prazer. (Dryden, *apud* Frota, 2000: 27)

Para esta dissertação, usarei os seguintes termos-conceitos por serem os mais comuns e por não gerarem ambigüidade:

- tradução *palavra-por-palavra* para designar a tradução supostamente fiel à forma e ao conteúdo.
- tradução *sentido-por-sentido* para designar a tradução supostamente fiel ao conteúdo e livre na forma.
- *imitação* (e *adaptação* em raras exceções) para designar a tradução livre na forma e no conteúdo.

Cabe lembrar, entretanto, que por não estarem traduzidas as citações estrangeiras – uma tentativa de permitir que o leitor deste trabalho tenha contato com os termos em inglês –, algumas vezes aparecerão os termos-conceitos *word-for-word translation*, *sense-for-sense translation*, *literal translation*, *free translation* e *imitation*. Por apresentar uma ambigüidade, quando surgir o termo *literal* (“literal”), explicitarei a qual dos dois tipos de tradução o termo se refere: se à tradução palavra-por-palavra, se à tradução sentido-por-sentido.

### 3

## Antigüidade Clássica: os romanos (séculos 6 a.C – 5 d.C.)

### 3.1

#### Contextualização: as civilizações grega e romana

Em uma retrospectiva da prática tradutória dos romanos na Antigüidade Clássica, faz-se necessário, logo de início, um breve esclarecimento a respeito das civilizações romana e grega dessa época não só pelo fato de qualquer prática tradutória estar condicionada ao seu contexto histórico, como também por não haver registros de traduções romanas a partir de outras línguas que não o grego.

#### 3.1.1

##### A civilização grega

A civilização grega surgiu entre os séculos 12 e 11 a.C. A língua falada era o grego, em várias modalidades: “o grego ocidental, o grego dórico e do Noroeste, o grego pré-dórico, o grego eólio e o jônico, de que o ático era um sub-dialeto; e o grego arcádio-cipriota” (Jaguaribe, 2002: 280). Essa civilização compreendeu três períodos principais: “o arcaico, do século 11 ao 7 a.C.; o clássico, do século 6 ao 4 a.C.; e o helenístico, do século 3 ao 1 a.C.” (*ibidem*).

A visão de mundo dos gregos passou das cosmogênias mitológicas para a compreensão racional da natureza e da realidade, empreendida pela filosofia.

Os gregos entendiam sua cultura como uma cultura de excelência, e mesmo superior às demais. Sem dúvida eles produziram obras artísticas incomparáveis e um pensamento filosófico que sustentou toda a filosofia ocidental. Autores como Sófocles, Ésquilo e Eurípedes, os três grandes trágicos, mantêm-se até hoje como referências obrigatórias na dramaturgia, assim como Sócrates, Platão e Aristóteles formam o tripé do nascedouro da filosofia no Ocidente.

### 3.1.2

#### A civilização romana

A civilização romana, que conheceu um desenvolvimento gradual, teve seu início por volta do século 7 a.C. Esse processo compreendeu cinco fases principais:

“(1) a fase inicial, que corresponde ao período monárquico e ao princípio da República; (2) o período da República tardia; (3) o Principado, de Augusto a Marco Aurélio; (4) a grande crise do terceiro século; e (5) o período da Antigüidade tardia, com a divisão entre leste e oeste e as sucessivas épocas pagã e cristã” (Jaguaribe, 2002: 365).

A marca genuína e duradoura da civilização romana foi seu pragmatismo a serviço da cidade-estado e, posteriormente, a serviço do Império. Essa praticidade se materializou de forma notável nos campos da oratória forense, do direito e da jurisprudência; da engenharia civil e militar; da arquitetura e do urbanismo.

Ao longo de três séculos, o Império Romano estendeu seu domínio da península italiana a toda uma vasta área mediterrânea e à vasta região a oeste da Índia, com exceção da Pérsia. No século 1 a.C. era o maior império da Antigüidade. O mundo jamais conheceu império tão duradouro.

Apesar da enorme potência do Império Romano, a opulência cultural da Grécia antiga constituiu objeto de desejo dos romanos, que se acercaram dessa cultura, levando-a para a sua. Os romanos absorveram não apenas o magnífico imaginário grego representado na mitologia, mas também suas representações artísticas – da arquitetura à escultura, por exemplo –, além da filosofia, da ciência natural e da teoria política. A literatura romana – cujos maiores expoentes foram Cícero, Virgílio, Horácio e Ovídio – também foi fortemente influenciada pela literatura grega. Não é de se estranhar, portanto, que os romanos tenham traduzido o acervo cultural grego.

### 3.2

#### A prática tradutória dos romanos

A grande influência cultural da Grécia sobre Roma deveu-se, em parte, ao reconhecimento dos romanos relativamente à superioridade intelectual e artística dos gregos:

From the beginning, Roman authors were highly conscious of their dependence on Greek literary models. One expression of this was a complex range of attitude devoted to the notion of *imitation* – the term given to using Greek sources as a basis for creating works in Latin. (Montgomery, 2000: 31)

O interesse dos romanos pelo patrimônio artístico grego devia-se ao desejo daqueles em erigir uma literatura. Traduzir literatura – bem como filosofia – significava trazer elementos da cultura grega para a cultura romana.

Por volta do ano 250 a.C, soldados romanos retornaram da Grécia, onde estavam a serviço militar, com grande interesse pelo teatro grego. Escritores da época atenderam a essa demanda com traduções sentido-por-sentido e imitações (adaptações) de textos dramáticos gregos. O primeiro a realizar esse empreendimento foi Lívio Andrônico, escravo grego capturado em Tarentum, que traduziu a *Odisséia*, do poeta grego Homero, para o latim (ver Kelly, 1998: 495).

Quinto Ênio (239-169 a.C.), considerado o pai da literatura romana, também traduziu o teatro grego. Prática seguida por seu sobrinho, Pacúvio (220-130 a.C.), que teve um importante papel na transformação do latim em língua literária. Infelizmente, muitas das traduções de dramas gregos se perderam, mas há ainda um número considerável delas realizadas por Plauto (184 ? a.C.) e Terêncio (190-159 a.C.), dois dos mais famosos dramaturgos romanos da Antiguidade. Kelly (1998: 495), em seu verbete “Latin tradition” para a *Encyclopedia*, considera que Terêncio tenha realizado traduções que lembram a prática tradutória das *belles infidèles* dos tradutores franceses do século 17, na medida em que grande parte dos tradutores romanos adaptava livremente os textos dramáticos gregos.

O apogeu da tradução literária romana, segundo especialistas, situa-se no período compreendido entre o século 1 a.C. e a metade do século 2 d.C. Vários autores latinos utilizaram modelos gregos como inspiração para suas (re)criações. Assim, segundo Furlan (2001: 12), “a gênese da literatura latina está na tradução e imitação de modelos gregos”.

Na segunda metade do século 1 a.C. a retórica grega foi introduzida em Roma e a tradução passou a ser considerada uma variação da retórica, considerada um importante exercício de linguagem, centrado no poder da palavra (ver Kelly, 1998: 495). A retórica era um recurso de grande prestígio nas artes liberais, ocupando, depois da gramática e da dialética, o terceiro lugar na escala do *trivium*

– uma das duas áreas de estudo do sistema educacional baseado nas sete artes liberais. A outra área de estudo era o *quadrivium*, que compreendia a aritmética, a geometria, a música e a astronomia. O conjunto das disciplinas do *trivium* e do *quadrivium* constituíam as sete artes liberais (ver Bassnett, 1980: 51). Tanto o professor de retórica quanto o orador que a praticava ocupavam um lugar de destaque no quadro das profissões da época (ver Renner, 1989: 147). O poder da retórica significava o poder sobre o outro: o poder de convencer, de impor leis, de manter a ordem e de guiar o outro para uma determinada direção. Não é de surpreender que para os romanos, que se sobressaíram sobretudo no direito, a retórica tenha adquirido utilidade pública. Os gregos, criadores da retórica, dominavam bem essa arte de tornar o argumento persuasivo e os romanos ansiavam por aprendê-la. A tradução se tornou um meio para tal.

A tradução não era encarada como mediação para os romanos cultos, já que estes eram bilíngües e não precisariam da tradução para ter acesso aos textos gregos (ver Bassnett e Lefevre, 1990: 15). O objetivo da tradução romana parece ter sido, sobretudo, o exercício estilístico como recurso para aprender com os gregos a arte da retórica, ou seja, traduzir retórica para aprender retórica, traduzir discursos para aprender a arte do discurso.

Para os romanos da Antigüidade Clássica, o enriquecimento da língua latina era um alvo a ser atingido, e uma das estratégias para que isso ocorresse através da tradução era o empréstimo de palavras da língua estrangeira, além de novos usos para palavras já existentes na língua de chegada. Horácio (65-8 a.C.), grande poeta romano, comparou esse processo de adição de novas palavras e desaparecimento de outras “à troca de folhas na primavera e outono” – troca não só natural como desejável para o enriquecimento da língua (ver Bassnett, 1980: 44).

Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.), grande orador e tradutor, apresentou a primeira reflexão sobre tradução em *De optimo genere oratorum* (46 a.C.), levantando, segundo Mounin, a questão teórica presente nas discussões sobre tradução por quase dois mil anos: “deve-se ser fiel às palavras do texto ou ao pensamento contido nele?” (*apud* Furlan 2001: 12).

Em um trecho de *De optimo genere oratorum*, Cícero refere-se a duas maneiras de traduzir: como intérprete, ou seja, palavra-por-palavra; e como orador, sem a necessidade de tradução palavra-por-palavra:

Não traduzi como intérprete, mas como orador [...]. Para tanto não tive necessidade de traduzir palavra-por-palavra, mas mantive o gênero das palavras e sua força. Não considerarei, pois, ser mister enumerá-las ao leitor, mas como que pesá-las. (tradução de Furlan, 2001: 17)

Em uma nota de rodapé referente a esse mesmo texto, Robinson (2002: 9) afirma que, para Cícero, “intérprete” era o tradutor literal (palavra-por-palavra). Quanto ao “orador”, este estava mais preocupado com o impacto de suas palavras no leitor da tradução do que com uma tradução palavra-por-palavra. Robinson enfatiza que Cícero, na verdade, não disse que traduzir como orador era o mesmo que traduzir sentido-por-sentido; entretanto, atribui-se a ele esse preceito. De sua parte, Bassnett (1980: 44) diz que, para Cícero e Horácio, a tradução consistia em produzir um texto na língua de chegada baseado no princípio de tradução sentido-por-sentido e não no de tradução palavra-por-palavra, e que o foco deveria estar no leitor da tradução.

Por outro lado, o professor de retórica Marco Fábio Quintiliano (35-96), orador e escritor romano, famoso retórico e crítico literário, em sua mais significativa obra – *De institutione oratoria* (95), publicada em 12 volumes e na qual apresentou diretrizes para a formação cultural dos romanos desde a infância até a maturidade – expôs a tradução como um exercício retórico e apresentou o que considerou ser a melhor forma de traduzir, aconselhada, segundo ele, por Cícero. Para Quintiliano,

traduzir do grego ao latim era, na concepção dos nossos antigos oradores, o melhor exercício [...] Aos pensamentos mesmos se pode acrescentar a força oratória, suprir os incompletos, encurtar os extensos. (*apud* Furlan, 2001: 19)

Por esse comentário, pode-se dizer que Quintiliano encarava a tradução como imitação. Plínio, o Jovem (61-113), discípulo desse orador, também considerava a tradução uma imitação; ou seja, aquela que não tem como objetivo nem a fidelidade semântica nem a formal, e que por isso opera deliberadamente, no original, omissões, acréscimos e alterações:

Antes de tudo é útil e muitos recomendaram traduzir seja do grego ao latim seja do latim ao grego; porque com este tipo de exercício se procura a propriedade e o resplendor das palavras, a riqueza das figuras, os métodos para amplificar, e, além disso, a faculdade para criar de maneira similar a partir da imitação dos melhores. (*apud* Furlan, 2001: 20)

E ainda aconselha:

You can also revise the speeches you have put aside, retaining much of the original, but *leaving out* still more and making other *additions* and *alterations*. (Robinson, 2002: 18 grifos meus)

A partir dos comentários de Quintiliano, de Bassnett e de Robinson, é possível perceber que há diferentes interpretações dos comentários de Cícero sobre tradução. Entretanto, nos registros de reflexões sobre a prática tradutória dos romanos há claramente a indicação de que ela caracterizou-se *principalmente* pela imitação.

No que diz respeito à tradução do teatro grego, foram realizadas traduções sentido-por-sentido e, sobretudo, imitações (adaptações). Montgomery (2000) chama a atenção para uma outra prática, menos conhecida, que era realizada na época de Plauto e Terêncio, ou seja, no início da tradução para o teatro: alguns textos eram traduzidos o mais literalmente possível, trocando-se o título e retirando-se o nome do autor grego para um autor romano assumir a autoria.

A pesquisa acerca das práticas tradutórias romanas permite perceber que elas resultaram do interesse que a elite romana tinha de alcançar o poder do conhecimento letrado e artístico. Existia um misto de admiração e rivalidade dos romanos em relação aos gregos. Recriar em latim o melhor da cultura grega significava o poder de produzir novos modelos que iriam se igualar ao original grego ou mesmo substituí-lo. Nas palavras de Montgomery (2000):

Translation, in large part, thus retained this power: it proved to be the medium by which Roman dependence on a relatively monolithic “Greek achievement” could be both expressed and overcome. (p. 30)

## 4

### **Idade Média (séculos 4 – 15): as práticas tradutórias de São Jerônimo, de Boécio e da Escola de Toledo**

#### 4.1

##### **Contextualização**

Como se sabe, denomina-se Idade Média o longo período compreendido entre a Antigüidade Clássica e a Idade Moderna – aproximadamente do final do século 4 ao século 15.

Como comumente acontece em periodizações históricas, não é possível considerar fatos isolados como determinantes do início e do final da Idade Média, ainda que possam ser considerados como marcos de seus extremos os seguintes acontecimentos históricos: a queda do Império Romano (395 d.C.); a queda de Constantinopla (1453); as grandes descobertas marítimas – em especial a descoberta do Novo Mundo (1492); e o início da Reforma Protestante (1517). Tais fatos favoreceram o florescimento do Renascimento e da Idade Moderna.

O nome “Idade Média” tem origem no olhar renascentista sobre esse período. Historiadores da Renascença classificaram a Idade Média como Idade das Trevas, por terem entendido aquele tempo como marcado pelo obscurantismo e pelo fenecimento da arte e do pensamento clássicos. A revisão histórica, todavia, surpreendeu no período medieval o surgimento de inúmeros elementos culturais e técnicos que iriam contribuir para o advento da Idade Moderna: a configuração urbana de base capitalista a partir do século 12, a difusão do comércio, a fabricação do papel.

##### 4.1.2

##### **Breve panorama da tradução no período medieval: tradução sacra vs. tradução profana**

Na linha dos fatos que abalaram o mundo ocidental e criaram a ruptura com a Antigüidade Clássica estão a perda progressiva do poder da língua grega

como patrimônio cultural absoluto, o fim do Império Romano e o avanço do cristianismo.

Com o fim da Antigüidade Clássica, a língua grega começa a perder seu poder, pois o Ocidente latino não só se separa politicamente do Oriente greco-bizantino, como também perde o conhecimento da língua grega e, conseqüentemente, o acesso direto à cultura grega antiga, o que gerou a necessidade de traduções do grego para o latim com fins de divulgação para o público (ver Furlan, 2003: 23).

Isso levou, naturalmente, a novas maneiras de traduzir. Desse tempo em diante, na Europa ocidental, a tradução passaria a ter um caráter mais utilitário. Tal necessidade de traduções foi provocada, sobretudo, pelo crescimento avassalador da doutrina cristã, que veio a exigir a tradução dos livros sagrados para a propagação da fé católica. Dessa forma, a tradução cumpriu um outro papel – o de difundir a palavra de Deus –, distinto daquele que teve na Antigüidade Clássica, que era o de exercício estilístico (ver Bassnett-McGuire, 1980: 45).

Segundo as autoridades eclesiásticas, a mensagem central da Igreja era a de que Jesus era o messias de *todos* os povos, o que as levava a exercer um domínio sobre diferentes povos. Essa situação incentivou as traduções de textos sagrados, ao menos no início do catolicismo.

Nessa época ocorre uma diferenciação entre tradução sacra e tradução profana. A Igreja Católica cobrava dos tradutores, que estavam a ela submetidos, uma tradução palavra-por-palavra, pois a fé na inspiração divina dos textos religiosos assim o exigia – a palavra de Deus, sagrada, não deveria ser adulterada. Em decorrência, desaparece o caráter negativo desse tipo de tradução, presente em considerações de Cícero, importante orador e tradutor romano da Antigüidade Clássica.

Mas se no medievo a tradução palavra-por-palavra era exigida nas traduções de textos religiosos, o mesmo não ocorria no caso dos textos profanos.

Em relação à prática tradutória de textos profanos nesse período, pode-se dizer que uma de suas características foi a utilização de glosas e comentários. Muitas palavras eram explicadas através de sinônimos; passagens eram analisadas e, às vezes, reestruturadas. Era possível enriquecer o texto e alterá-lo (ver Furlan, 2003: 11). Além disso, a tradução utilizava versões intermediárias no lugar de originais (tradução indireta), ou como auxílio para sua realização. Era comum,

ainda, a retroversão, que consistia em traduzir um texto de uma língua para outra e, desta, outra vez à primeira.

Assim, se no caso da tradução de textos sagrados era exigida do tradutor estrita fidelidade em relação ao conteúdo e à forma, no caso da tradução de textos profanos o tradutor podia alterar o texto para que ficasse acessível ao público, o que revela um caráter utilitário da tradução medieval e a coexistência de pelo menos dois tipos opostos de tradução: palavra-por-palavra no primeiro caso e imitação no segundo. São Jerônimo, que será apresentado na próxima seção, defendia um outro tipo de tradução, sentido-por-sentido, como mais adequado aos textos profanos.

O surgimento das línguas vernáculas ainda na Idade Média levou a tradução a adquirir uma nova dimensão, já que os escritores usavam a prática tradutória como degrau de ascensão para o seu vernáculo. De certa forma, essa função exercida pela tradução representou como que um retorno ao modelo romano de enriquecimento da língua através da tradução.

O incremento da evangelização e o surgimento das línguas nacionais durante o período medieval favoreceram o advento da tradução para línguas vulgares, ainda que o latim mantivesse seu prestígio histórico como língua dominante de cultura e como língua para a liturgia. Frente ao latim, os vernáculos revelavam-se frágeis para expressar toda a riqueza simbólica dos textos-fonte.

Apesar de não ter havido na Idade Média uma reflexão sistemática sobre a tradução, é possível concluir que as discussões sobre as formas de traduzir mantinham-se na tricotomia tradução palavra-por-palavra / imitação / tradução sentido-por-sentido. A decisão pela maneira de traduzir dependia do tipo de texto de partida (literário, religioso ou filosófico, por exemplo) e, sobretudo, da função que a tradução deveria exercer. Como afirma Pezzini (*apud* Deslile e Woodsworth, 1998: 180), “as estratégias usadas pelos tradutores eram orientadas pelos objetivos a que se destinavam os textos”.

A seguir apresento as práticas tradutórias de São Jerônimo e de Boécio, ambas em Roma, e da Escola de Toledo, na Espanha.

## 4.2

### As práticas tradutórias de São Jerônimo e de Boécio

São Jerônimo, ou Hyeronimus (331-420), grande nome no cenário da tradução medieval, é considerado o santo patrono dos tradutores. Ele foi reverenciado na Idade Média como o tradutor oficial da Bíblia, tendo se notabilizado pela *Vulgata* – a Bíblia latina padrão, que consiste numa revisão da *Vetus latina*<sup>3</sup> e da Septuaginta grega<sup>4</sup> (ver Kelly, 1998: 504). São Jerônimo escreveu o texto mais importante da época sobre a maneira de traduzir: *Ad Pammachium de optimo genere interpretandi*. Esse texto, como afirma Furlan (2003: 13), “influenciou fortemente as reflexões sobre a tradução até aproximadamente o século 18” e seu objeto central é a tradução literária, considerada distinta da tradução das Sagradas Escrituras. Para São Jerônimo, esses dois tipos de textos deveriam ser traduzidos de modos também distintos. No texto profano, as estratégias tradutórias deveriam orientar-se para o privilégio do sentido, enquanto nos textos sagrados predominaria a tradução que se fixava nas palavras:

Eu não somente confesso, mas proclamo em voz alta que, à parte as Sagradas Escrituras, em que mesmo a ordem das palavras encerra mistério, na tradução dos gregos não busco expressar uma palavra a partir de outra palavra, mas o sentido a partir do sentido. (*apud* Furlan, 2003: 13)

A distinção essencial entre a tradução de São Jerônimo e a dos romanos da Antigüidade Clássica é a perspectiva. Enquanto estes últimos tinham como foco o texto de chegada, São Jerônimo focalizava o texto de partida, insistindo na fidelidade ao sentido do original.

São Jerônimo, no caso dos textos literários, alterou o significado que Cícero deu a *fidus interpres* – *faithful translator* ou “tradutor fiel”. Para este, *fidus interpres* indicava o “tradutor literal e sem arte”, aquele que, supostamente, traduzia palavra-por-palavra, ou seja, que buscava a fidelidade à forma e ao

---

<sup>3</sup> Antiga versão latina da Bíblia, anterior à *Vulgata*.

<sup>4</sup> Designação por que é conhecida a mais antiga tradução em grego do texto hebreu do Antigo Testamento, feita para uso da comunidade judaica do Egito no final do século 3 a.C. e no século 2 a.C.; teria sido realizada por 72 tradutores, donde o nome (por simplificação: LXX, em latim); versão dos 70 (*Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa 1.0*)

conteúdo do original. São Jerônimo, por outro lado, chamava de *fidus interpres* o tradutor que buscava a manutenção do significado textual, ou seja, a fidelidade ao conteúdo e não à forma, defendendo essa estratégia tradutória. São Jerônimo deixou para a Idade Média um legado de acentuada ambigüidade terminológica e conceitual concernente à tradução. Segundo Furlan,

a inversão que o tradutor da *Vulgata* fez dos termos ciceronianos – *fidus interpres* – com o fim de defender a fidelidade ao significado textual foi usada posteriormente para assinalar os erros e confusão que a tradução literal produz, mas também sofreu, por sua vez, outra inversão, de maneira que serviu para defender o literalismo. (Furlan, 2003: 16)

O filósofo romano Boécio (470/475-524), por exemplo, em sua defesa do literalismo, chama de *fidus interpres* o tradutor literal, que traduz palavra-por-palavra:

Tradutores como Boécio (480-524), no prefácio de sua tradução de *Introdução às Categorias* de Porfírio, defende a tradução do conteúdo antes que do estilo, mas de uma forma literal, crendo que a tradução palavra-por-palavra impede a corrupção da verdade, e ao tradutor literal chama *fidus interpres*. (*ibidem*)

O escolástico João Escoto, concordando com Boécio, “advoga pela tradução *ad verbum* e transforma os argumentos de Jerônimo contra o literalismo em apologia do literalismo” (Furlan, 2003: 17). Anastásio, o Bibliotecário, por outro lado, critica o literalismo de Escoto e Boécio, utilizando os argumentos de São Jerônimo de que a tradução literal (palavra-por-palavra) não permite que o texto fique acessível:

[Anastásio] numa carta ao Papa João VIII, 850, critica o excessivo literalismo de Escoto e acusa seus contemporâneos de deformar a língua de chegada com suas traduções literais, usando o argumento já expressado por Jerônimo de que isso impede que a informação chegue a um público mais amplo. (*ibid*, p. 18)

As diferentes interpretações dos argumentos de São Jerônimo e de Cícero denotam que a tradução, na Idade Média, esteve longe de ser homogênea. Os diferentes tipos de textos (sagrados, filosóficos, literários) exigiam diferentes modos de traduzir. Nesse período, os tradutores faziam comentários e justificavam

suas escolhas tradutórias apoiados em São Jerônimo ou em Cícero e Horácio, referências tanto para a defesa do literalismo quanto para sua crítica.

Boécio foi considerado pelo filósofo Roger Bacon (1220-1292) o “primeiro tradutor”, pois simbolizou o fim da tradição da tradução romana clássica e o início da medieval. Ele ficou conhecido na Idade Média como o autor de *De consolatione philosophiae* – obra que escreveu na prisão até ser executado em 524. Boécio ambicionava traduzir toda a filosofia grega para o latim, mas não atingiu seu objetivo completamente. Entretanto, conseguiu traduzir *Das Categorias*, os seis primeiros volumes de *Organon* e uma variedade de comentários gregos sobre Aristóteles. Seu trabalho *De consolatione philosophiae* tornou-se muito famoso no período medieval, ocupando o segundo lugar em popularidade depois da *Vulgata* de São Jerônimo (ver Kelly, 1995: 420 e Robinson, 2002: 35).

Segundo Kelly, em seu verbete “Latin tradition” da *Encyclopedia* (1998: 497), Boécio e São Jerônimo deram o tom da tradução para o latim na Idade Média. A tradução como meio de desenvolver a retórica – objetivo dos romanos na Antigüidade Clássica – começou a desaparecer e a tradução passou a ser exercida por filósofos e teólogos, que defendiam a tradução palavra-por-palavra, ao menos em textos sagrados e filosóficos. Boécio defendia a tradução palavra-por-palavra nos textos filosóficos, afirmando que esse modo de traduzir impedia a corrupção da verdade, favorecendo a manutenção do sentido. Em suas palavras, traduzidas por Charles Burnett:

The reason for this approach is that, in the writings in which knowledge of the subject matter is sought, it is not the charm of limpid speech but the unsullied truth that has to be expressed. Therefore I feel I have been most useful if, in composing books of philosophy in the Latin language, not a single letter of the Greek is to be found missing. (*apud* Robinson, 2002: 35)

### 4.3

#### A prática tradutória da Escola de Toledo

Um importante núcleo de tradução na época medieval foi a Escola de Toledo, que congregou dois períodos diferentes do florescimento da atividade tradutória na Espanha, particularmente em torno de Toledo, mas também em Barcelona e Tarazona.

Durante o primeiro período, no século 12, predominou o fluxo de tradução de obras científicas e filosóficas advindas da Grécia antiga e da cultura árabe, traduzidas sobretudo do árabe para o latim. Como era comum na Idade Média, essas traduções eram patrocinadas pelo clero, que ditava quais obras seriam traduzidas. Prevalciam os autores clássicos, os eruditos e os teólogos – os escolhidos pela Igreja. Essa situação denotava a importância do jugo da Igreja sobre toda a atividade de tradução deste tempo. Esse jugo se acentuava quando os tradutores não convertidos ao cristianismo ficavam relegados à condição de intermediários, com a missão de apenas oferecer uma versão oral dos textos-fonte árabes.

No segundo período, século 13, passaram a predominar as traduções do árabe para o espanhol, embora em menor escala se traduzisse para o latim; algumas traduções começaram a ser feitas para o francês. Continuava a predominar o interesse pela tradução de obras científicas, mas agora sob o patrocínio do rei Alfonso X, conhecido como Alfonso, o Sábio (1221-1284). De fato, a atividade tradutória fez parte de uma política lingüística desenvolvida pelo monarca, que certamente compreendeu a importância da unidade lingüística para a consolidação do Estado espanhol, ou seja, a fixação e ampliação de seu poder monárquico.

Até então, na Europa Ocidental, o latim fora a única língua legítima para a redação de obras científicas ou filosóficas. Portanto, a Escola de Toledo representou uma importante conquista para a expansão do espanhol como língua vernácula culta, corrigindo o enorme desequilíbrio, vigente até então, entre o conhecimento da Espanha arabizada e o da Espanha da Reconquista:

Como ilustração, vale notar que a biblioteca da Ordem de Cluny continha só algumas centenas de obras (Haskins, 1970, p.43), enquanto milhares de manuscritos árabes eram guardados em Toledo – possivelmente cerca de 300.000. (Werrie *apud* Deslile e Woodsworth, 1998: 128)

A maioria dos textos traduzidos sofria as adequações ditadas pelas necessidades emanadas do poder, quer o eclesiástico – século 12 –, quer o monárquico – século 13. Na prática tradutória do século 12, “certas referências históricas e geográficas peculiares à tradição árabe eram consideradas irrelevantes e por isso omitidas”. (Deslile e Woodsworth, 1998: 129). No século 13,

[o] conhecimento que os estudiosos podiam acessar, em virtude de seu trabalho como tradutor, era passado a esse patrono para ser *refinado* ou “*processado*” de acordo com as necessidades deste último. (*ibidem*, grifos meus)

Quanto à transmissão do conhecimento advindo das obras do mundo greco-árabe, no século 12, os tradutores, preocupados em ampliar seus conhecimentos, despreocupavam-se, muitas vezes, com a clareza textual, denotando menosprezo em relação à difusão do conhecimento:

Em vez de procurar transmitir a informação de forma clara, os tradutores pareciam bem mais preocupados em aumentar o seu próprio conhecimento. O que fica evidente no amplo emprego das seguintes estratégias: a transliteração (com a introdução no latim de muitas palavras desconhecidas e incompreensíveis), os empréstimos semânticos (com a atribuição de um sentido científico a termo já existente na língua-meta) e as abreviaturas (sem qualquer explicação). (*ibid*, p.131)

No século 13, sob o controle de Alfonso X, cuja meta era a ampliação do território lingüístico espanhol, os tradutores buscaram a clareza para que a transmissão do conhecimento pudesse ser efetiva:

a adoção do espanhol como língua-meta, juntamente com a insistência do rei Alfonso para que os textos traduzidos fossem *lannos de entender* (de fácil compreensão), indicavam o desejo de abranger mais do que a comunidade eclesiástica e de transmitir o conhecimento a um círculo mais amplo. A ênfase na pesquisa terminológica (para usar uma expressão moderna) estava associada de perto ao contexto político em que a tradução se realizava, como afirmação da identidade nacional. (*ibid*, p.131-132)

A Escola de Toledo representou importante contribuição para que a Europa medieval tivesse acesso ao conhecimento científico e filosófico do mundo greco-árabe. Não resta dúvida de que os tradutores, nessa época, foram os grandes responsáveis pela mudança do estado do conhecimento no Ocidente.

Em suma, a prática tradutória da Escola de Toledo caracterizou-se sobretudo pela imitação, já que os textos podiam ser alterados para atender a necessidade de quem encomendava a tradução.

Já na Idade Média romana a tradução diferenciou-se entre sacra e profana. A primeira, acompanhada pela tradução de textos filosóficos (ver Boécio), caracterizava-se pela tradução palavra-por-palavra. A segunda, pela tradução

sentido-por-sentido, embora também se recorresse à imitação, como no caso da maioria das traduções da Escola de Toledo.

Viu-se que a atividade tradutória na Idade Média submetia-se aos preceitos dos seus patrocinadores – em alguns casos o poder monárquico e, na maioria das vezes, o eclesiástico. A forte presença da Igreja Católica no período medieval marcou praticamente toda a produção humana, artística ou não, daquele tempo.

A submissão dos tradutores medievais pode ser observada também nos prefácios das obras traduzidas, considerados verdadeiras dedicatórias em que ressaltavam o trabalho feito como encomendado, restrito às recomendações; e, inclusive, com constantes louvores aos patrocinadores.

A relação de poder entre os monarcas e seus tradutores foi representada de forma marcante na iconografia da época, assim como nos prefácios das obras traduzidas. Usualmente, as miniaturas da época mostram os tradutores ajoelhados humildemente aos pés de um monarca, ou de outra personagem real, oferecendo-lhe seu trabalho. (Deslile e Woodsworth, 1998: 149)

## 5

# Renascença (séculos 14-16): práticas tradutórias na Inglaterra, França e Alemanha

### 5.1

#### Contextualização

Ao final da Idade Média, a Europa passou por um fecundo período de renascimento das letras e das artes. Esse movimento, iniciado na Itália a partir do século 14, espalhou-se para os demais países europeus e teve seu apogeu no século 16. Ficou conhecido por Renascença ou Renascimento, termos que passaram a ser utilizados a partir do século 15 para designar uma estética que retomava os modelos da Antigüidade Clássica. Cabe no entanto dizer que o estudo da cultura clássica já constituía paradigma de erudição entre os homens mais cultos da Idade Média, inclusive o clero.

Durante esse período renascentista a visão do homem sobre o mundo e sobre si mesmo modificou-se, na medida em que ele se afastou do teocentrismo medieval, ou seja, deixou de ter Deus como ponto de partida para todas as explicações acerca do universo, suas origens e seus mecanismos. Essa passagem ao antropocentrismo, isto é, ter a si próprio como objeto de observação, levou à multiplicação dos estudos no campo das ciências humanas.

O Renascimento foi um dos períodos mais férteis na história da ciência. Galileu Galilei afirmou que a Terra não era o centro do universo, uma vez que ela, na verdade, é que girava em torno do Sol. As teorias científicas de Galileu colidiram com os conceitos e preceitos da Igreja Católica, que obrigou o cientista italiano a renegar seus conhecimentos. Ele o fez, mas deu continuidade a suas pesquisas junto a outro grande nome da física de seu tempo: Copérnico. O conhecimento teve um salto qualitativo, apesar da pressão do clero.

A invenção da bússola e o aprimoramento das técnicas de navegação facilitaram a expansão européia: abriu-se uma nova rota marítima para as Índias, com Vasco da Gama. Os notáveis avanços da tecnologia de navegação da época

resultaram na chegada de Cristóvão Colombo ao continente que veio a chamar-se América.

Na arte, Leonardo da Vinci mudou a perspectiva da pintura e consagrou os padrões renascentistas. A arte abandonou o motivo quase absoluto da representação religiosa.

A sociedade feudal, a partir da Renascença, teve seus mercados alterados através do nascimento de uma burguesia urbana que revolucionou os padrões vigentes na produção. Os centros urbanos se multiplicaram a partir do desenvolvimento das atividades comerciais. Os antigos feudos decaíram.

## 5.2

### Um panorama da tradução na Europa renascentista

O crescimento da atividade tradutória após a Idade Média foi decorrente de importantes fatores, tais como a invenção da imprensa (1440) por Guttenberg; o grande interesse renascentista pela erudição clássica grega e latina; a conquista de novos mundos; o nascimento e/ou desenvolvimento das literaturas nacionais como resultado de um projeto político de poder e o decorrente sentimento de nacionalidade; a disseminação da Bíblia em línguas vernáculas; e a Reforma Protestante, iniciada no princípio do século 16. De fato, o fervor religioso advindo da Reforma provocou a tradução dos livros sagrados para dialetos variados.

O desenvolvimento das línguas vernáculas partiu de um desejo de unidade nacional com o objetivo de controle político dos povos que compartilhavam a mesma língua. Na Inglaterra, França e Alemanha – países que exemplificam o empenho no estabelecimento definitivo do vernáculo<sup>5</sup> –, o fortalecimento das línguas nacionais deveu-se, em grande parte, à tradução, a qual possibilitou uma expansão dos conhecimentos na língua de cada um desses Estados. Na Renascença, portanto, a tradução favoreceu a ampliação das línguas vernáculas, tendo funcionado como uma das principais alavancas de um projeto político de poder, pois, como se sabe, o estabelecimento de uma língua envolve lutas que silenciam inúmeros dialetos para conferir ao Estado sua consagração política.

---

<sup>5</sup>Além da Espanha de Alfonso X, já mencionada no capítulo anterior.

Na consolidação das línguas vernáculas, a Reforma Protestante teve grande importância: a Igreja Católica impunha o latim como língua da fé cristã, enquanto que na Europa de um modo geral a Reforma defendia a Bíblia em vernáculo. Com a crescente secularização da sociedade, a tradução vigorou como instrumento de subversão aos preceitos da Igreja Católica, que se tornou cada vez mais intolerante.

Assim, na Europa renascentista, a tradução cumpriu pelo menos duas importantes funções políticas: a de força propulsora das nações e a de força revolucionária nos conflitos religiosos. Imbricada a essas funções, a função cultural de enriquecimento da vida intelectual, propiciado pelos vernáculos.

At a time of explosive innovation, and amid a real threat of surfeit and disorder, translation absorbed, shaped, oriented the necessary raw material. It was, in a full sense of the term, the *matière première* of the imagination. Moreover, it established a logic of relation between past and present, and between different tongues and traditions which were splitting apart under stress of nationalism and religious conflict. (Steiner *apud* Bassnett-McGuire, 1980: 58)

### 5.3

#### A tradução na Inglaterra renascentista

Após a conquista normanda em 1066, o francês passou a ser a língua dos círculos oficiais, enquanto o latim era a língua acadêmica. Esse cenário mudou no século 14, quando o inglês começou a ocupar, no país, o lugar de língua oficial: foi introduzido nas escolas em 1350; em 1362, nos tribunais; e em 1399, no Parlamento. Geoffrey Chaucer (1340-1400), um dos maiores poetas da Inglaterra, teve grande importância para o estabelecimento do inglês como língua nacional devido a sua decisão de escrever em inglês. Traduziu muitas obras do francês e do latim, valendo-se de acréscimos quando julgava necessário.

Outro nome notável nesse processo de enriquecimento da língua inglesa foi William Caxton (1422-1491). Ele era operador do comércio de exportação e importação, negociador de lã – produto mais importante dessa época – e de manuscritos ilustrados de romances, obras de história e religiosas. Começou a traduzir relativamente tarde, e em Colônia, na Alemanha, aprendeu a arte de imprimir, publicando sua tradução *The recuyell of the histories of Troye* em 1473-

74, o primeiro livro impresso em inglês. Além disso, imprimiu muitos livros para seus clientes aristocratas, boa parte de sua própria obra e algumas traduções importantes, tais como as *Metamorfoses*, de Ovídio, *Espelho do mundo*, do compêndio informativo medieval intitulado *Image du monde*, e as *Fábulas*, de Esopo.

Quando Caxton instalou sua própria imprensa, o inglês londrino já era aceito na maior parte do país. Sua importante decisão de reproduzir – em suas traduções e em outras obras – a linguagem e a grafia usadas em Londres e no sudoeste da Inglaterra foi responsável pela difusão e adoção dessa modalidade do inglês no restante do país.

Em prefácio ao seu poema *Eneydos*, uma paráfrase do poema *Eneida*, de Virgílio, Caxton revelou como era sua prática tradutória:

Reduzi e traduzi este livro para a nossa língua com palavras que não fossem rudes ou estranhas, mas com termos que pudessem ser compreendidos. (*apud* Deslile e Woodsworth, 1998: 43)

Ele buscava usar uma linguagem de compreensão fácil pelos leitores, ainda que com tendência a preservar o “toque” francês, mantendo algumas palavras desta língua e a ordem direta do discurso, característica das línguas neolatinas e, portanto, anômala ao inglês.

Caxton ficou conhecido como o primeiro editor inglês, embora seu poder não adviesse dessa atividade: era um rico e influente comerciante de lã, razão pela qual ganhou a honra de Governador da Nação Inglesa dos Comerciantes de Importação e Exportação nos Países Baixos. Quando se iniciou na prática tradutória, William Caxton já detinha considerável poder intelectual.

Os tradutores da Bíblia na Inglaterra, como nos demais países europeus, desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento do vernáculo. John Wycliffe (1320-1384) e seus discípulos, os *lollards*, produziram a primeira versão completa da Bíblia inglesa, baseada na *Vulgata* latina. Entretanto, o enriquecimento mais decisivo do vernáculo inglês em tradução bíblica coube a William Tyndale (1494-1536), o primeiro a traduzir a Bíblia a partir do original hebraico e grego.

Em 1523, Tyndale procurou em Londres apoio do bispo Cuthbert Tunstall para seu projeto de tradução da Bíblia diretamente das línguas originais: o

hebraico, no caso do Antigo Testamento, e o grego, no caso do Novo Testamento. Tendo fracassado, Tyndale foi para a Alemanha, onde conheceu Martinho Lutero, que exerceu sobre ele grande influência – tanto que, como Lutero, preocupou-se em tornar o texto bíblico acessível ao maior número possível de pessoas. Sua qualidade maior foi privilegiar a clareza, derivada do treinamento em lógica e retórica recebido em Oxford. No entanto, as autoridades de Colônia, onde Tyndale estava, preocupadas com seu estilo, impediram a publicação da obra. Ele finalizou seu projeto em 1525, em Worms.

Para atingir seu objetivo, que era o de traduzir para a língua que o povo falava, e não para a língua escrita dos eruditos, Tyndale “usava um vocabulário simples, de palavras monossilábicas, e criava novos termos, que se incorporavam ao idioma: *Passover* (Páscoa), *scapegoat* (bode-expiatório) e até o nome *Jeovah* (Jeová)” (Deslile e Woodsworth, 1998: 46) –, estratégia que contribuiu para o enriquecimento do léxico inglês. A Bíblia de Tyndale, ao contrário das volumosas Bíblias produzidas então na Europa continental, era reduzida. Assim ela podia circular sem muita dificuldade e chegar aos leitores comuns, o que constituiu um fato importante, pois na Inglaterra dessa época a Igreja se opunha à leitura da Bíblia em vernáculo.

Todavia, como os portos eram vigiados, os exemplares do Novo Testamento de Tyndale foram apreendidos e queimados publicamente em St. Paul’s Cross, na Inglaterra. Tyndale foi condenado como herege, morto e também queimado em espaço público em 6 de outubro de 1536, em Vilvorde, perto de Bruxelas.

Tal episódio demonstra a importância da tradução no quadro político-cultural das sociedades européias renascentistas e seu papel revolucionário na luta contra o clero, bem como em outras lutas ideológicas.

Apesar das contribuições de Chaucer, Caxton e Tyndale para a ampliação da língua inglesa, até 1570 o inglês ainda era considerado um idioma precário em comparação com as línguas clássicas e com o italiano, o francês e o espanhol contemporâneos. Todavia, tal situação foi alterada pelo surgimento de um público leitor proveniente da classe mercantil, que, não dominando as línguas clássicas – grego e latim –, buscava a leitura de textos em vernáculo.

Para esses novos leitores, a clareza precisava ser ressaltada, o que afetava a estratégia dos tradutores. O primeiro obstáculo que estes enfrentavam era a

precariedade da língua vernácula para expressar as diferenças culturais trazidas pelos textos-fonte. Segundo Deslile e Woodsworth (1998: 214), “os tradutores podiam expandir o vocabulário da língua-meta, usando palavras emprestadas, ou então identificar na cultura-meta termos equivalentes, ou aproximadamente equivalentes, de modo a expressar os fenômenos culturais estrangeiros”. A preferência dos tradutores pela busca de termos equivalentes ou aproximadamente equivalentes na cultura-meta trouxe, como consequência, uma significativa naturalização dos textos de partida. O aumento do vocabulário da língua inglesa através da criação de neologismos foi outra consequência da tradução nesse período. Os tradutores confessavam ter muitas dificuldades em traduzir o número infinito de palavras das ricas línguas grega e latina, e a solução encontrada por eles era, muitas vezes, inventar novas palavras.

Até o século 16, os tradutores encontravam problemas logísticos para realizar seu trabalho. Apesar da invenção da imprensa no século 15, os livros ainda eram escassos. *Sir* Thomas Elyot disse que não conseguiu terminar a tradução de um livro de Alexander Seneres, porque o dono o quis de volta. Isso mostra a quantidade insuficiente de livros, o que tornava a tradução uma tarefa de difícil realização.

Contudo, ainda nesse século surgiu o conceito do dever público do tradutor, cujo trabalho passou a ser de grande importância para o Estado. Como escreveu John Milton (1998: 18), “Richard Taverner diz que traduziu parte do *Chiliades* de Erasmo ‘pelo amor que tenho à melhoria e ao ornamento do meu país’”. Através dessa explicação do tradutor, é possível inferir que a tradução era uma maneira de contribuir para a concretização de um projeto político de unidade nacional.

Em suma, na Inglaterra renascentista, como visto, o objetivo político-cultural da tradução era o enriquecimento e fortalecimento da língua vernácula e as estratégias tradutórias se constituíam em função desse objetivo: empréstimos de palavras da língua de origem, neologismos, modificação do estilo do original com intenção de agradar o leitor e simplificação da linguagem para tornar o texto acessível. Cabe lembrar que esse enriquecimento do vernáculo implicou o enriquecimento da literatura inglesa, dada a introdução de modelos estrangeiros. A prática tradutória dessa época caracterizou-se pela imitação: os tradutores alteravam o texto através de omissões e acréscimos. Em relação à tradução da

Bíblia para o vernáculo, cabe lembrar que Tyndale também valeu-se de omissões com o objetivo de fazer com que a Bíblia ficasse menor e circulasse mais facilmente pelo país. Dessa forma, um número maior de pessoas teve acesso a ela.

## 5.4

### A tradução na França renascentista

A importância da tradução no processo de desenvolvimento e fortalecimento da língua francesa foi similar à que se verificou no inglês; ou seja, nos dois casos a tradução contribuiu muito para o enriquecimento do vernáculo. A tradução na França renascentista floresceu sob a proteção da Coroa. Carlos V, o Sábio, que sucedeu seu pai, João, o Bondoso, em 1364, instituiu a tradução como alavanca de uma política cultural adotada em seu reinado, o que indica o quanto a tradução foi importante para o estabelecimento da cultura francesa já no início da Renascença.

Nicolas Oresme (1320-1382), um dos mais importantes tradutores da corte de Carlos V, foi considerado um dos pioneiros da tradução para o vernáculo. Após ter traduzido para o latim os textos aristotélicos, ele os traduziu para o francês. Nos prefácios de suas traduções, Oresme defendia a importância da precisão e da introdução de novos termos na língua-meta. “Atribu[em]-se a ele aproximadamente 450 neologismos ainda correntes no francês moderno: *aristocatie, démagogue, législation, politique, sédition* e mesmo *langue maternelle*” (Delisle e Woodsworth, 1998: 49).

Na verdade, no século 14 os tradutores criaram um padrão erudito para o francês escrito, abrindo caminho para que o vernáculo, gradualmente, pudesse ocupar o território lingüístico dominado pelo latim. Como o vernáculo ainda era frágil em comparação ao latim, os tradutores buscavam alternativas para compensar as insuficiências da língua francesa. Dentre as estratégias utilizadas para essa compensação estavam: o empréstimo de palavras do latim; a paráfrase, quando necessária para a clareza textual; a criação de neologismos, acompanhados por glosas ou explicações; e combinações de palavras capazes de expressar o sentido de termos latinos ou gregos. Este último recurso deixou traços no francês contemporâneo em expressões como *sain et sauf* (“são e salvo”), comprovando o grande poder da tradução no desenvolvimento da língua francesa. Todavia, cabe

dizer que no século 16 o francês ainda era considerado inferior. A título de informação, cito:

A synthesis of sixteenth-century thought on translation can be found in Michel de Montaigne's *Essays* (1580-88). Montaigne talks about a hierarchical relationship between languages, with the vernacular being seen as the weaker idiom. (Salama-Carr, 1998:411)

Beneficiada pela invenção da imprensa no século 15, a tradução no século 16 conheceu uma grande efervescência na Europa em geral, impulsionada sobretudo por dois grandes movimentos: o Renascimento, que renovou o interesse pelas línguas e literaturas antigas, e a Reforma Protestante, que promoveu a tradução da Bíblia para o vernáculo. A grande efervescência intelectual, cultural e artística desse século propiciou uma idade de ouro para a tradução francesa renascentista. Em 1539, Francisco I proclamou o “Edito de Villers-Cotterêts”, que tornou obrigatória a substituição do latim pelo francês em documentos oficiais.

Durante todo o século 16 vigoraram duas doutrinas conflitantes sobre a relação entre a tradução e a língua francesa. Uma, seguindo Clément Marot (1495-1544), considerava a tradução importante exercício estilístico para o *enriquecimento* da língua. Em concordância com essa doutrina, Jacques Amyot (1523-1593), considerado o “príncipe dos tradutores”, apostava no enriquecimento do francês através da tradução. Para tanto, buscava um estilo simples e natural, um fraseado harmonioso, com preocupação sobretudo com a clareza.

A outra doutrina sobre a tradução e sua relação com o vernáculo, liderada pelo escritor Pierre de Ronsart (1524-1585), considerava a tradução um *perigo* tanto para a língua quanto para a literatura. Essa vertente, composta por poetas humanistas, ficou conhecida como La Pléiade. Du Bellay (1522-1560), que compartilhava as idéias da Pléiade, escreveu um tratado – *Défense et illustration de la langue française* – no qual recomendava que a língua fosse enriquecida com a imitação dos melhores e não com a tradução, pois ele não acreditava que estilo e eloquência pudessem ser aprendidos com a tradução. Além disso, criticava o empréstimo excessivo de vocábulos de línguas estrangeiras. Com a repercussão dos questionamentos de Du Bellay, alguns escritores evitaram a tradução.

Nessa época, Calvino (1509-1564) – influenciado pela Reforma Protestante –, após estudar grego, hebraico e teologia no College Royal, publicou em latim e depois em francês sua principal obra: *L'institution de la religion chrétienne* (1541). Segundo Deslile e Woodsworth (1998: 51), “Calvino traduziu sua própria obra para o francês como um serviço prestado a sua pátria: à *notre nation française*”. Sua obra plasmou em vernáculo assunto até então restrito à língua latina por imposição da Igreja Católica. Além de ser um dos criadores da eloquência francesa, Calvino é um dos formadores do francês moderno juntamente com Rabelais e Amyot.

Em suma, para atingir o objetivo da tradução na França renascentista, que era o de enriquecer o vernáculo, foram utilizadas como principais estratégias tradutórias o empréstimo, a paráfrase e os neologismos. A prática tradutória francesa nessa época caracterizou-se essencialmente pela imitação.

## 5.5

### **A tradução na Alemanha renascentista: a Bíblia de Lutero**

Assim como na Inglaterra e na França, a tradução na Alemanha renascentista promoveu o fortalecimento de sua língua nacional. Da mesma forma, o latim exerceu forte influência no processo de desenvolvimento do alemão, uma vez que desde a Idade Média as traduções da Bíblia se baseavam na *Vulgata* latina de São Jerônimo (331-420). Embora no início do Renascimento o vernáculo alemão já tivesse um considerável alcance lingüístico que possibilitava expressar conceitos sofisticados como os teológicos e os filosóficos, ele ainda comportava grande variedade de dialetos – a unificação só ocorreria no final do século 18.

No século 16, a tradução da Bíblia para o vernáculo, efetuada por Martinho Lutero (1483-1546), contribuiu para o estabelecimento da língua e da identidade alemãs.

Essa tradução, com efeito, marcou o início de uma tradição da qual o ato de traduzir é, a partir de então – e até hoje –, considerado como uma parte integrante da existência cultural e, mais ainda, como um momento constitutivo do germanismo, da *Deutschheit*. (Berman, 2002: 28)

Dessa forma, a Bíblia de Lutero foi decisiva para a auto-afirmação da língua alemã perante o latim.

De fato, Lutero representou mais que um expoente religioso na cultura alemã do século 16. Ele conseguiu mobilizar todas as classes sociais, que já se insurgiam contra o *status quo*, e reformou a teologia cristã da Igreja Católica. Além disso, Lutero foi o elemento aglutinador do anseio de mudanças sócio-culturais na Alemanha de seu tempo. A divulgação sistemática da Bíblia em língua alemã com a finalidade de ser compreendida pelo povo ajudou a consolidar a Reforma. Esse anseio de mudanças sócio-culturais advinha, sobretudo, da classe média em ascensão, a qual queria ver reconhecido seu poder econômico-social. Havia ainda o desejo de unificação e fixação da língua alemã e de fortalecimento da cultura. Lutero respondeu a esse desejo com sua sensibilidade e competência lingüísticas para transformar um texto complexo como o bíblico em um texto assimilável pelo homem comum. Para tanto, ele levou em conta a linguagem falada pelo povo, utilizando em sua tradução formas lingüísticas de conhecimento coletivo.

Em sua tradução, Lutero seguiu alguns princípios, fez uso de algumas estratégias. Primeiramente, defendeu a tradução direta, ou seja, o retorno às línguas e textos originais: ao hebraico – língua do Antigo Testamento – e ao grego – língua do Novo Testamento – sem, contudo, desprezar completamente a *Vulgata* latina (no caso do Novo Testamento). Outro princípio foi o da orientação para a cultura-meta: Lutero ajustou o texto bíblico à mentalidade e ao espírito de seu meio e de sua época. Ele entendia que muitas vezes não bastava realizar uma equivalência semântica. As diferenças históricas e de formas de expressão entre a Alemanha do século 16 e a sociedade em que a Bíblia tinha sido escrita eram extremas. Assim, o texto bíblico sofreu alterações formais para superar essas diferenças históricas e lingüísticas. O terceiro princípio seguido por Lutero foi o de que a tradução deveria privilegiar o sentido – em certa medida, a tradução era uma interpretação. A exatidão filológica não era a principal preocupação de Lutero, para quem a tradução deveria lutar pela adequação moral; os tradutores precisavam ter experiência pastoral, além de conhecimentos filosóficos e teológicos.

Lutero entendia que uma tradução palavra-por-palavra não atenderia ao seu objetivo de tornar o texto bíblico compreensível ao homem comum. Tal fato o

levou a descartar muitas vezes a tradução palavra-por-palavra e fez com que ele acrescentasse palavras que não constavam no texto de origem para atender o objetivo de expressar o sentido do original. Lutero justificou essa estratégia tradutória com o argumento de que somente assim “a mulher em sua casa”, “as crianças na rua” ou o “homem no mercado” poderiam compreender a Bíblia (ver Robinson, 2002: 87).

Acusado por membros da Igreja Católica de alteração e falsificação das Sagradas Escrituras, Lutero defendeu suas traduções em dois textos: *Sendbrief vom Dolmetschen* (1530) – “Carta circular sobre a tradução” – e *Summarien über die Psalmen Und Ursachen des Dolmetschens* (1531-33) – “Defesa da tradução dos Salmos”. Neles, refletiu sobre problemas teóricos relativos à tradução, tais como a tradução palavra-por-palavra e a tradução sentido-por-sentido; a naturalização dos textos traduzidos, ou seja, a sua adequação à cultura de chegada; o estilo e a importância da contextualização da tradução.

Em ambos os textos, Martinho Lutero se valeu de alguns exemplos retirados da *Vulgata* latina, tradução que São Jerônimo procurou fazer palavra-por-palavra, e, contrastando-os com a sua, que priorizava o sentido, defendeu o método que utilizava. Um destacado exemplo é o acréscimo da palavra *allein* (“só”), usada com o sentido de “somente”, na Epístola de São Paulo aos romanos (3:28), onde a palavra *sola* não aparece na versão latina. Trata-se do fragmento do versículo em que Deus declara o homem livre de culpa *só* pela fé, sem exigir-lhe o cumprimento da Lei. Isso significava dizer que o homem alcança a justiça de Deus não pela obediência à Igreja, mas *somente* pela fé. Essa argumentação atingiu o cerne da Igreja Católica como instituição.

Eu quis falar alemão, não latim e nem grego, pois havia decidido falar alemão na tradução. Mas o uso da nossa língua alemã implica que, quando se fala de duas coisas das quais se afirma uma negando a outra, emprega-se a palavra *solum*, somente, ao lado da palavra “não” ou “nenhum” [...] E assim por diante, de maneira constante no uso cotidiano. (*apud* Berman, 2002: 50)

Lutero justificou sua tradução não só com argumentos lingüísticos, mas também teológicos, uma vez que como teólogo conhecia bem a palavra sagrada. E defendeu sua posição de que *somente* a fé salva com outras passagens bíblicas, como Romanos 4:25, em cujo versículo encontra-se a afirmação de que é a morte

e a ressurreição de Cristo que nos livram do pecado e nos deixam sem dívidas para com Deus (ver Robinson, 2002: 89).

Um outro exemplo é o de Mateus 12:34. Para corrigir a obscuridade da tradução latina palavra-por-palavra de *Ex abundantia cordis os loquitur* (“A boca fala a partir de um excesso do coração”), Lutero utilizou um conhecido provérbio alemão – *Wes das Hers voll ist, des geht der Mund über* (“Quando o coração está pleno, a boca transborda”) – para criar seu equivalente bíblico: “A boca fala daquilo que abunda no coração”. Ao assim proceder, Lutero adequou o texto a sua cultura e o aproximou ainda mais do leitor.

Esses exemplos, para Lutero, destacam a importância da correspondência de sentido na língua-meta, justificando, assim, seu modo de traduzir. Para ele, a tradução palavra-por-palavra traía o sentido genuíno do original.

Com a utilização do tom coloquial em sua tradução, Lutero visava tornar seu texto compreensível a todos, ainda que mantivesse um equilíbrio dosado entre os registros culto e corrente, entre a linguagem sagrada e a cotidiana, o que nunca tinha sido conseguido até então. A língua popular foi, para Lutero, fonte permanente de inspiração, autoridade que sustentou a frequência de expressões coloquiais em sua tradução.

A tradução luterana foi mediadora das diferenças dialetais na Alemanha de seu tempo e funcionou como unificadora dessa heterogeneidade lingüística. Lutero queria oferecer ao homem seu contemporâneo um texto em bom alemão e, ao mesmo tempo, acessível. Para tal, era mister manter algo dos dialetos e, concomitantemente, elevar o alemão local a um alemão comum a todos. Em sua tradução, utilizava um estilo de linguagem com muitas imagens, muitas expressões populares, ao mesmo tempo em que fazia uma espécie de “desdialealização”. Ele almejava “traduzir para um alemão que *a priori* só pod[ia] ser local, o seu, o *Hochdeutsch*, mas [objetivava] elevar, no próprio processo de tradução, esse alemão local a um alemão comum” (Berman, 2002: 50). Com isso, o povo, ao qual a Bíblia luterana era destinada, decorou rapidamente várias de suas passagens e as integrou ao seu patrimônio, o que constituiu uma contribuição para a unificação da língua alemã. A Bíblia de Lutero tornou-se a “pedra angular da Reforma na Alemanha”. Ao se opor ao latim como língua oficial da Igreja Católica e da escrita literária, Lutero fez da tradução um

recurso de desenvolvimento e fortalecimento da língua alemã. Atribui-se a ele a responsabilidade pela fundação do alemão literário.

Ainda em relação às estratégias tradutórias adotadas, Lutero, apesar de ter insistido na “germanização” do texto, seguindo seu princípio de orientação para a cultura-meta, também permitiu que as fronteiras do alemão fossem “invadidas”:

traduzimos de vez em quando diretamente as palavras, ainda que tivesse sido possível retomá-las de modo diferente e mais claro [...]. É por essa razão que devemos [...] conservar tais palavras, aclimatá-las e deixar à língua hebraica o seu espaço quando ela pode fazer melhor do que faria o nosso alemão. (Lutero *apud* Berman, 2002: 60)

Em poucas palavras, a prática tradutória de Lutero revelou sua sensibilidade para eleger estratégias convenientes ao contexto político-religioso em que foi realizada. Ele priorizou a tradução sentido-por-sentido – embora, às vezes, tenha traduzido palavra-por-palavra ou conservado o termo da língua estrangeira – e recorreu ao texto original e à versão latina. Porém, como analisou Berman (2002), não se tratava de uma “flutuação metodológica”, mas sim do que era possível e necessário naquele momento histórico.

Luther chose to meet a daunting challenge: how to express the Word of God, as codified in the Bible, in the language of the common people who were unable to read Latin, Greek or Hebrew. [...] Expressing the biblical message in German meant translating “freely” [free translation ou tradução sentido-por-sentido], given the “letters their freedom” [...] However, when essential theological “truths” were concerned, Luther would sacrifice this principle of intelligibility and revert, for doctrinal reasons, to word-for-word translation. (Kittel e Poltermann, 1998: 421)

Como já dito, além da importância religiosa e literária, a tradução luterana teve grande importância política, uma vez que representou a expansão e a fixação do idioma alemão como traço de nacionalidade e de identidade cultural. Quando uma língua se estabelece na cultura, isso equivale a dizer que essa língua adquiriu dimensão política.

Em sua obra *A prova do estrangeiro*, Berman (2002: 57) considera a tradução de Lutero uma tradução histórica – “aquela que faz época enquanto tradução, aquela em que a tradução aparece *como tal* e tem acesso, assim, estranhamente, à posição de uma obra e não mais [...] de humilde mediação de um texto ele próprio histórico”.

A partir da Bíblia de Lutero (1530), a tradução desempenhou um importante papel na literatura alemã, que se desenvolveu a partir do contato com literaturas estrangeiras: obras clássicas, primeiramente; obras inglesas, espanholas, francesas e italianas, posteriormente.

## 6

# Iluminismo (séculos 17 e 18): práticas tradutórias na Inglaterra e na França

### 6.1

#### Contextualização

O desenvolvimento intelectual da Renascença, que originou idéias de liberdade política e econômica defendidas pela burguesia, conheceu um amplo florescimento no “Iluminismo”, movimento cultural que se sobressaiu particularmente na Inglaterra, Holanda e França nos séculos 17 e 18. Filósofos e economistas que difundiam essas idéias julgavam-se propagadores da luz, do conhecimento, daí serem chamados de “iluministas”.

Esse movimento trouxe grandes avanços e, juntamente com a Revolução Industrial, abriu espaço para a Revolução Francesa em 1789 e para a Revolução Americana em 1775. Antes disso, a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, já havia sido resultado das idéias de liberdade iniciadas na Renascença. Os iluministas em geral acreditavam que todos os homens eram iguais e pregavam uma transformação da sociedade a fim de que todos tivessem direito à liberdade de expressão e de culto. Além disso, eles negavam a necessidade de mediação da Igreja entre o homem e Deus e defendiam a separação entre o Estado e a Igreja. As principais características do Iluminismo são a valorização da razão, do questionamento, da investigação; a crítica ao absolutismo e aos privilégios da nobreza e do clero; a defesa da liberdade política e econômica e da igualdade de todos perante a lei; a crítica à Igreja Católica, embora não se excluísse a crença em Deus.

## 6.2

### A tradução na Inglaterra na época augustana: final do século 17 ao final do 18

A Inglaterra dos séculos 17 e 18 experimentou um crescimento econômico que favoreceu seu desenvolvimento como nação. A cultura nacional foi revitalizada com a introdução de modelos estrangeiros (ver Milton, 1998: 250).

No século 17 os ingleses empreenderam suas primeiras tentativas de desenvolver uma teorização da tradução. Já que à época esse tipo de discussão era ainda embrionária, os comentários sobre tradução eram muito contraditórios. É possível conferir as contradições em considerações feitas por tradutores importantes desse tempo, tais como George Chapman (1559/60-1634), *sir* John Denham (1615-1669), John Dryden (1631-1700), Alexander Pope (1688-1744) e Alexander Tytler (1747-1813).

Várias características foram indicadas como fundamentais à atividade de tradução, tais como a “sensibilidade ao estilo e ao ‘espírito’ do original”, enfatizadas por George Chapman, e a preservação da “chama” (*flame*) e do “fogo” (*fire*) do original, termos usados por *sir* John Denham e Alexander Pope, respectivamente. Quanto ao foco das traduções, este deveria ser o leitor, respeitando-se, contudo, o autor. O tradutor deveria ser sensível a cada autor que traduzia e ter grande afinidade com ele exatamente para conseguir capturar esse “fogo”, essa “chama” e esse “espírito” do original. Alexander Tytler dizia que “o tradutor deve adotar a própria alma do autor” (Milton, 1998: 42).

Apesar de os escritos sobre tradução ressaltarem que os tradutores dessa época não consideravam “sagrado” o original, é possível observar nos comentários acima uma tensão entre uma espécie de sacralização do original – na medida em que havia uma acentuada preocupação com o autor e com a preservação do estilo do original –, e uma necessidade de naturalização do texto, ou seja, de se fazer uma tradução identificada com a cultura de chegada, uma tradução, portanto, focada no leitor. Denham disse, por exemplo, que apresentou um Virgílio “naturalizado inglês”, mas, por outro lado, afirmou não ter “violent[ado] o seu sentido de modo a fazê-lo parecer meu e não seu” (*apud* Frota,

2000: 101). Essa afirmação exemplifica bem a contradição ou tensão a que me referi acima.

Tal maneira de traduzir foi seguida pelos tradutores da época conhecida como augustana, período que se estende do final do século 17 ao final do século 18. Como já visto, eles diziam não considerarem “sagrado” o texto original, ainda que buscassem aproximar seu estilo o máximo possível do estilo do autor com vistas a preservar a “vitalidade do original”. Para tal, consideravam necessário, às vezes, acrescentar algo de si na tradução. Havia um consenso entre os tradutores de que a tradução palavra-por-palavra impediria a fluência do texto de chegada; impediria que o leitor chegasse ao “núcleo” do original. Eles recomendavam uma “certa quantidade de alteração e omissão [...], em geral quando o autor não obedec[ia] às idéias [augustanas] de bom gosto”. (Milton, 1998: 41). Apesar disso, aconselhavam cuidado para não mudar “o significado dado pelo autor” (*ibidem*, p. 27) e criticavam tradutores como Perrot d’Ablancourt, por exemplo, conhecido pela extrema liberdade que se concedia para modificar o texto original.

Novamente aqui é possível enxergar a tensão a que já me referi: os tradutores não sacralizavam o original, mas consideravam importante preservar seu estilo e significado, ao mesmo tempo em que focalizavam o leitor; orientavam-se pela tradução sentido-por-sentido, mas recomendavam a alteração e a omissão, características da imitação. Assim, valiam-se de recursos desse tipo de prática tradutória, mas criticavam tradutores que modificavam muito o original, como d’Ablancourt.

Durante a época augustana, a sociedade inglesa modelou-se por valores clássicos, e a maioria das figuras literárias mais importantes traduziu os clássicos. É a época das mais famosas traduções para o inglês: a *Ilíada* de Homero, traduzida por Alexander Pope, e a *Eneida* de Virgílio, traduzida por John Dryden. Estes dois autores, além dos já mencionados George Chapman, *sir* John Denham e Alexander Tytler, são nomes muito importantes na história inglesa da prática tradutória e de seus comentários. Por essa razão, faz-se necessária uma breve apresentação do que comentavam acerca de seu ofício para o entendimento da prática tradutória nesse período.

O importante tradutor e poeta *sir* John Denham (1615-1669) advertia quanto aos perigos da tradução palavra-por-palavra em poesia. Ele dizia que “a tradução literal [palavra-por-palavra] deixa[va] de conter qualquer tipo de ‘vital

calor’ e assim não pod[ia] restaurar o ‘espírito vital’” (Milton, 1998: 23). Segundo Denham, o tradutor não devia traduzir poesia “de uma língua para outra, mas poesia em poesia e a poesia é de um espírito tão sutil que, ao se derramar de uma língua para outra, tudo se evapora; e, se um *novo espírito* não for acrescentado na transfusão, nada restará a não ser um *caput mortuum*” (*ibidem*, grifos meus). Para ele, o uso de uma linguagem contemporânea ao tradutor deveria ser preferido, em detrimento de arcaísmos. Era a idéia, bastante presente à época, de fazer do autor clássico um contemporâneo do tradutor.

Outro nome de grande relevo, e talvez o maior deles, foi John Dryden (1631-1700). Quase metade de sua obra consiste em traduções prefaciadas por seus comentários a respeito da tradução. Dryden criou uma tipologia para essa atividade: a *metáfrase*, a *paráfrase* e a *imitação*. A *metáfrase* era a tradução palavra-por-palavra. A *paráfrase*, a tradução na qual o “autor é mantido ao alcance dos nossos olhos... porém suas palavras não são seguidas tão estritamente quanto seu sentido, que também pode ser ampliado, mas não alterado” (*apud* Milton, 1998: 27). A *imitação*, finalmente, era aquela em que “o tradutor (se é que já não perdeu esse nome) assume a liberdade, não somente de variar as palavras e o sentido, mas de abandoná-los quando achar oportuno, retirando somente a idéia geral do original, atuando de maneira livre a seu bel-prazer”<sup>6</sup> (*ibidem*).

Acerca do primeiro tipo, a *metáfrase*, Dryden afirmava ser ela quase impossível. Considerava extremamente difícil encontrar equivalências entre as palavras do inglês e o denso vocabulário do latim. A respeito do último tipo, a *imitação*, ele alegava, como já dito mais acima, que o tradutor que optava por ele talvez nem devesse ser chamado de tradutor. Dryden preferia o segundo tipo, a *paráfrase*, afirmando que o tradutor devia aproximar o seu estilo do estilo do original, e que o sentido não devia ser alterado. Além disso, era contra a omissão de trechos do original. Todavia, no decorrer de sua carreira, ele começou a desprezar alguns de seus próprios princípios, explicando que quando fez acréscimos, foi para explicar, e quando omitiu, o fez porque a beleza do grego ou do latim não podia ser transposta para o inglês:

Devo reconhecer que muitas vezes ultrapassei meu limite, pois não só fiz acréscimos como também omiti e até mesmo fiz algumas vezes, muito audaciosamente, elucidações de meus autores que nenhum comentarista holandês perdoaria. (*ibid*)

---

<sup>6</sup> Veja-se que essa tipologia mantém-se até homem sendo justamente a que adoto nesta dissertação.

Para o poeta Alexander Pope (1688-1744), o mais importante era manter o “fogo” do original. Recomendava que a tradução fosse a mais exata possível, mas afirmava que tanto a *paráfrase* (tradução sentido-por-sentido) quanto uma tradução *servil* (palavra-por-palavra) fariam com que o “espírito do autor” se perdesse:

It is certain no literal translation can be just to an excellent original in a superior language; but it is a great mistake to imagine (as many have done) that a rash paraphrase can make amends for this defect. (Robinson, 2002: 193)

Finalmente, o tradutor Alexander Fraser Tytler (1747-1813) – que concebeu três princípios básicos que definem a boa tradução – foi o primeiro tradutor a dedicar-se a construir uma obra sobre a tradução, *Essay on the principles of translation*, publicado em 1790.

- 1) a tradução deve reproduzir em sua totalidade a idéia do texto original;
- 2) o estilo da tradução deve ser o mesmo do original; e
- 3) a tradução deve ter toda a fluência e a naturalidade do texto original (Arrojo, 2000 [1986]: 13)

Embora concordasse com acréscimos e omissões, Tytler defendia a cautela no uso dessas estratégias. Para ele, se o tradutor alterasse muito o texto poderia sacrificar o sentido ou a forma do original (ver Milton, 1998: 37-39).

Na Inglaterra, o objetivo principal da tradução nos séculos 17 e 18 continuava sendo o enriquecimento de sua língua e de sua cultura. Os ingleses consideravam sua língua inferior ao latim e pretendiam, através da tradução, elevar o seu *status*. As influências estrangeiras enriqueceram a língua e estimularam a necessidade de um idioma verdadeiramente nacional, contribuindo para que a Inglaterra firmasse uma identidade cultural própria. Naturalmente, nesse e em outro tempo qualquer, a tradução não foi uma atividade isolada do amplo e complexo processo político, econômico e cultural de uma época. Os tradutores ingleses desse período “submetiam o texto estrangeiro a um processo de naturalização, identificando-o, na verdade, com determinada cultura e situação social, com um interesse político particular, com certo padrão literário e estilo de linguagem” (Frota, 2000: 100)

Como já sublinhado, na era augustana predominava o desejo de agradar o público-leitor, daí o uso do inglês contemporâneo na maior parte das traduções. Os tradutores tornavam-se tão dependentes do leitor que, em alguns casos, suas traduções tinham um estilo um tanto comercial. O argumento que utilizavam em sua defesa era o de que o objetivo do escritor é ser lido.

Em suma, nos registros da prática tradutória desse período percebe-se uma certa tensão: se por um lado é possível identificar uma prática tradutória, e sobretudo um discurso, que se caracterizava pela tradução sentido-por-sentido, por outro havia também fortes sinais da imitação, já que os tradutores valiam-se de certa quantidade de acréscimos, de omissões e de alterações, estratégias características dessa prática, razão pela qual foram até mesmo chamados de “libertinos”.

### 6.3

#### **A prática tradutória na França: séculos 17 e 18**

Na França do século 17, mantido o objetivo de enriquecer a língua e fixá-la como elemento da cultura nacional, era importante dotar o vernáculo de características retóricas próprias de sua cultura. Além disso, o tradutor passou a funcionar como um crítico em relação ao texto-fonte: podia julgar, condenar, corrigir, inclusive os importantes autores da Antigüidade Clássica, usando como justificativa o argumento das diferenças culturais existentes entre as sociedades. Esse procedimento distanciava-se enormemente da humildade confessa dos tradutores da Idade Média e mesmo do Renascimento, que não negavam a soberania dos textos-fonte.

Durante esse período, escritores e gramático-tradutores como Malherbe, Vangelas e Chapelain desempenharam um importante papel, juntamente com os salões literários e a Académie Française. Essa Academia, cuja criação foi sugerida pelo cardeal Richelieu (1585-1642), foi fundada pelo rei Luis XVIII em 1635 e representou uma forma de controle sobre o grupo de escritores que se reunia, até então, na residência de Valentin Conrart (1603-75).

Os tradutores participavam das reuniões da Academia e certamente foram influenciados por Conrart, primeiro secretário, para quem a tradução constituía oportunidade de oferecer uma referência de qualidade textual aos escritores (ver

Deslile e Woodsworth, 1998: 52). A Academia Francesa dominou a prática tradutória até que, por volta de 1660, os tradutores de Port Royal se fizeram notar. A Bíblia de Port Royal, cujo principal tradutor foi Le Maître de Sacy, teve sua primeira publicação em 1667 e obteve tanto êxito que foi reeditada em 1990.

A Académie representou o ponto alto da sedimentação da língua francesa e da libertação da produção intelectual do domínio da Igreja. Como outras instituições francesas do século 17, a Académie Française sobreviveu como centro de poder independente e sua autoridade raramente era contestada pelo Estado, a menos que atentasse vigorosamente contra esse poder.

A prática e a filosofia tradutórias de Nicolas Perrot d'Ablancourt (1606-1664), eleito para a Académie em 1637, marcaram sua época. Em seus prefácios, d'Ablancourt explicitava seu método de tradução: ele defendia a censura, os acréscimos, modificações ou modernização do texto em prol do gosto e das características culturais e lingüísticas franceses. Expressava também o anseio de fazer mais do que traduzir: desejava embelezar a língua. Suas traduções encantaram os leitores franceses.

Nos séculos 17 e 18, a prática tradutória francesa, ainda que com mudanças, continuava a se desenvolver conforme as preferências dos que a encomendavam. As investidas da França para dominar a Europa nesses séculos tiveram reflexo nas traduções francesas desse período, as quais se caracterizavam pela reverência à cultura francesa. O anseio do domínio francês sobre a Europa marcou fortemente o contexto cultural da França. Vários países europeus tiveram a França como paradigma de cultura.

Como dito mais acima, a prática tradutória francesa dos séculos 17 e 18 caracterizou-se pela utilização de acréscimos, alterações e omissões, com a finalidade de atingir a clareza de expressão, harmonia sonora e respeito à cultura e gosto franceses. D'Ablancourt e seus seguidores cultuavam o belo em suas traduções, atributo que, para ele, residia na clareza textual. O conceito francês de *belle infidèle*, que teve seu apogeu no século 17, está associado à filosofia e prática tradutórias de d'Ablancourt. Aliada ao culto ao belo advindo da clareza estava a idéia de que a língua francesa não era inferior às línguas grega e latina, “possuindo suas próprias qualidades e possibilidades de alcançar uma perfeição até maior do que a do latim e do grego” (Milton, 1998: 56). Essa concepção

provavelmente resultava do fato de a língua francesa ter atingido sua maturidade lingüística no decorrer do século 17.

A tradução deveria proporcionar ao leitor impressão semelhante àquela supostamente proporcionada pelo original aos leitores da cultura de partida. Nesse sentido, tanto a tradução palavra-por-palavra quanto a tradução sentido-por-sentido deveriam ser evitadas. D’Ablancourt muitas vezes defendeu que referências menos “civilizadas” – tais como a embriaguez, o estupro, as práticas homossexuais e o adultério – nos textos clássicos deveriam ser eufemizadas. Os costumes greco-romanos antigos precisavam sofrer adequações para se integrarem à alta sociedade francesa e o comportamento dos personagens deveria ser compatível com suas posições sociais. Essas considerações exemplificam a adaptação dos clássicos ao gosto e cultura franceses nos séculos 17 e 18 e mostram o quanto a tradução sempre manteve uma estreita relação com o contexto político dominante, na medida em que ela expressa o mesmo anseio de poder – no caso, poder intelectual.

Em suma, a prática tradutória francesa nos séculos 17 e 18 caracterizou-se pela imitação, sendo portanto as estratégias mais utilizadas as omissões, os acréscimos, as alterações e as modernizações do texto-fonte em prol do gosto francês. Como a França, nesse período, tinha por objetivo político a dominação cultural e intelectual da Europa, a atividade de tradução não pode ser pensada desvinculadas desse interesse.

## 7

### A tradução no Brasil: do século 16 ao 20

#### 7.1

##### Contextualização

Para compreender como a tradução começou a ser feita no Brasil, quais foram seus objetivos e o que definiu as suas práticas, faz-se necessário rever alguns momentos significativos do contexto histórico brasileiro desde a chegada dos portugueses.

No início do século 16, a nova colônia portuguesa tinha por habitantes povos indígenas que falavam centenas de línguas e dialetos<sup>7</sup>. Por outro lado, o colonizador português falava espanhol, português e francês, língua esta que exerceu grande influência na vida cultural do país e em particular na tradução brasileira. Além disso, como o latim era a língua oficial da Igreja Católica e a elite dirigente portuguesa era educada em padrões católicos, no século 16 os portugueses cultos “vivia[m] no mundo da cultura latina medieval” (Wyler, 2003: 32). De fato, eles usavam o latim em muitos de seus escritos, fossem eles textos religiosos, poéticos, ou mesmo relatos de viagem (ver Wyler, *ibidem*). Um terceiro grupo lingüístico contribuiu para aumentar o plurilingüismo existente no Brasil colônia: o africano. A esse plurilingüismo vinculava-se a heterogeneidade cultural, o pluriculturalismo, resultante desses três grandes grupos.

Logo após a chegada dos portugueses no Brasil, Portugal importou mão-de-obra escrava do continente africano devido à proibição da escravização indígena. Os escravos africanos trazidos para o Brasil não tinham uma única composição étnica e lingüística, mas alguns deles pertenciam a grupos tribais comuns. Para que não mantivessem sua unidade cultural, o que poderia representar risco de rebelião, esses escravos eram dispersados pela colônia. Assim que chegavam em terras brasileiras, os negros africanos eram obrigados a aprender o português, para melhor obedecerem aos colonizadores, e a língua franca, de tronco tupi – o *abanheenga*, que recebeu o nome de *nheengatu* após a

---

<sup>7</sup> Lingüistas e antropólogos classificaram essas línguas e dialetos em 102 grupos e 3 ramos lingüísticos: *tupi*, *macro-gê* e *aruaque*.

gramaticalização feita pelos jesuítas –, para se entenderem com os índios. Vale ressaltar que além desses três grandes grupos culturais que contribuíram para a formação do português do Brasil, vários outros grupos europeus – entre eles os espanhóis, os franceses, os ingleses e os holandeses – aumentaram ainda mais o plurilingüismo e o pluriculturalismo, a partir de 1808, quando se deu a abertura dos portos às nações amigas do país.

Com essa diversidade de línguas, nesse contexto de dominação, era fundamental que existissem mediadores para que a comunicação acontecesse: estes eram conhecidos como *línguas* ou intérpretes, necessários para que a efetiva exploração das novas terras ocorresse. Por haver essa necessidade de mediação, conferia-se prestígio a quem dominasse línguas estrangeiras (ver Wyler, 2003: 34-35).

Os línguas e os portugueses degredados, estes também utilizados como intérpretes, tinham seu próprio interesse no aprendizado de línguas estrangeiras. O língua, por uma questão de sobrevivência, e os degredados, como meio de diminuir suas penas. Os colonizadores não manifestaram interesse real em conhecer as culturas dos povos indígenas e africanos: visavam uma comunicação eficaz tão somente para facilitar seu objetivo de exploração das terras e domínio sobre os colonizados.

Após a chegada dos jesuítas, em 1549, a situação profissional dos línguas se modificou. Os jesuítas tinham uma missão evangelizadora: queriam catequizar os índios, os mestiços e os filhos de portugueses nascidos no Brasil mas que não falavam o português. Os jesuítas contavam com os línguas para servirem de mediadores entre eles e as pessoas a serem catequizadas. Entretanto, por não reconhecerem a legitimidade teológica dos línguas para confessarem os índios, os mestiços e os brasileiros filhos de portugueses, os jesuítas dedicaram-se ao aprendizado da língua franca. Dessa forma, prescindindo da mediação dos línguas, estabeleceram “uma educação plurilíngüe em que missionários e alunos se transformavam em intérpretes de línguas nativas e da política jesuítica” (Wyler, *ibidem*, p. 39). Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, dizia ser obrigação dos jesuítas aprender a língua nativa dos povos a serem evangelizados (Navarro, 2001: 57).

O aprendizado da língua franca tornou possível sua utilização como língua da doutrinação, alterando naturalmente a atividade mediática dos línguas. Essa

mudança significou uma intensificação do poder dos catequizadores sobre os catequizados. Exemplo da utilização da língua franca como língua de doutrinação é *A suma da doutrina cristã na língua tupi*, tradução do padre João Azpilcueta Navarro, S.J., provavelmente a primeira tradução escrita feita no Brasil (Wyler, 2003: 39).

Em decorrência, houve necessidade de normatizar essa língua. Atribui-se ao padre José de Anchieta a primeira gramática do abanheenga, de tronco tupi, falado em toda a costa brasileira e, como já dito, rebatizado de nheengatu. Em 1595, o padre José de Anchieta publicou em Portugal a *Arte da gramática na língua mais usada na costa do Brasil*. De fato, se de um lado a gramaticalização das línguas européias foi conseqüência da Renascença, a das línguas americanas resultou da atividade missionária e da Contra-Reforma, movimento que refutou os princípios da Reforma. A Contra-Reforma, na metade do século 17, visava produzir reformas estruturais na Igreja Católica para reagir à ameaça protestante que atingia as novas terras descobertas. Uma das ações desse movimento foi banir a tradução da Bíblia em línguas européias – considerada herética – e, através do Concílio de Trento, confirmar a *Vulgata* latina como texto oficial da Igreja Católica. Na Europa renascentista, um grande número de pessoas sabia latim e poderia ler a *Vulgata*, mas algo deveria ser feito para que povos como os da América Latina tivessem acesso à doutrina cristã católica, já que eles não dominavam o latim. O Concílio de Trento permitiu que as verdades fundamentais da fé cristã, as orações e as instruções sobre os sacramentos fossem compiladas em línguas nativas dos povos das novas terras. A essa compilação deu-se o nome de Catecismo Romano. O catecismo foi traduzido para o tupi após 1553, com a chegada de José de Anchieta ao Brasil (ver Navarro, 2001: 58 e Wyler, 2003: 47).

Até onde se sabe, a tradução oral no Brasil vigorava desde a chegada dos portugueses, devido à necessidade de mediação entre colonizadores e colonizados, ao passo que a tradução escrita, objeto deste trabalho, só teve início após a chegada dos jesuítas. Durante longo tempo a tradução esteve circunscrita às atividades escolar e burocrática, e era realizada para línguas diferentes do português.

A tradução escrita enfrentou sérios obstáculos ao seu desenvolvimento, dentre os quais a ausência de demanda, pois somente a elite manifestava interesse pela leitura de textos, traduzidos ou não. As políticas em relação à educação e à

imprensa, que Portugal sancionou no Brasil, além da consolidação tardia do português como língua nacional (1823), contribuíram para intensificar essa situação, o que será visto a seguir.

Embora as escolas e os livros existissem no Brasil colônia desde 1549, eles se restringiam a alguns lugares e a uma clientela seleta. D. João III (1502-1557) concedeu aos jesuítas o monopólio do ensino e da catequese no Brasil “a título de missões”. Já que as missões destinavam-se apenas a formar sacerdotes para a evangelização das novas terras, os jesuítas foram eximidos do dever de ensinar a todos indiscriminadamente. Essa política gerou impacto discriminatório no desenvolvimento do Brasil, com conseqüências na tradução: “o analfabetismo de massa e a elitização e estrangeiramento do ensino” (Wyler, 2003: 54).

A escola democrática, universal e brasileira inicialmente idealizada e fundada pelo padre Manuel da Nóbrega aos poucos foi se transformando, por pressão da metrópole, num instrumento de segregação não só do negro por ser escravo mas igualmente do índio, da mulher e do pobre (*ibidem*).

Outro obstáculo ao desenvolvimento da tradução no Brasil foi a proibição de impressão no país, a qual vigorou até 1808, quando a corte portuguesa se transferiu para cá. Contudo, apesar da proibição de imprimir, os livros circulavam no Brasil e os jesuítas, que inicialmente copiavam à mão as cartilhas de leitura, importavam livros, legal ou ilegalmente, e construíram excelentes bibliotecas. Durante dois séculos essas bibliotecas – que contavam com muitas obras em francês, espanhol, inglês, italiano, latim e grego, mas sobretudo com obras francesas originais ou em traduções, e de obras de outras línguas em traduções (indiretas) do francês – foram muito importantes para a formação cultural e intelectual da juventude e para a manutenção do plurilingüismo.

Apesar de atribuir-se aos jesuítas a elitização do ensino, com sua expulsão em 1759 este quadro parece não ter se alterado: só havia escolas nas cidades mais importantes, e, mesmo assim, em número limitado. Até a independência do Brasil em 1822, o número de pessoas alfabetizadas era de aproximadamente 20 mil, o equivalente a 0,5% da população da época. A Constituinte de 1823 tentou resolver essa situação, garantindo o direito de instrução a todos, mas isso não ocorreu (*ibid*, p. 56).

Segundo Wyler (2003), o estrangeiramento das elites brasileiras pode ser explicado pelas influências culturais a que o Brasil estava exposto: a portuguesa, a espanhola e a francesa; esta por intermédio dos portugueses, que eram fortemente marcados pela cultura francesa. A dependência cultural que Portugal tinha da França era histórica e a essa dependência somou-se a da Inglaterra, no âmbito da economia, a partir do século 16. Tais condições se reproduziram mais tarde no Brasil.

A influência cultural francesa se estabeleceu no Brasil com os jesuítas, tendo chegado a língua francesa a competir com o português e o tupi pelo privilégio de ser a língua nacional. Foi só em 1823, com a Constituinte, que se decretou o português como língua oficial do país.

A vinda da corte portuguesa e a fundação da Imprensa Régia, ambas em 1808, foram fatores que estimularam o desenvolvimento da tradução no Brasil. O grande fluxo de cortesões e funcionários civis bem remunerados e a abertura dos portos brasileiros a mercadorias e missões culturais e econômicas estrangeiras, além de alterarem o comércio, modificaram também os hábitos da sociedade de então. Alguns hábitos trazidos pela corte, como a leitura de traduções, por exemplo, rapidamente tornaram-se hábitos também dos moradores do Brasil colônia.

De cerca de 60 mil habitantes, quando da chegada de D. João VI, em 1808, o Rio de Janeiro passa, na metade do século, a cerca de 200 mil, para atingir, em 1880, 400 mil – crescimento considerável de uma sociedade ainda basicamente rural e escravocrata, nação a se formar, já imersa na perene contradição de ter que estar a par e passo com o mundo ocidental civilizado sem possuir, no entanto, substrato histórico nem desenvolvimento: contradição do próprio continente, preguiçosas províncias a imitar Paris... (Coco, 2005: 77)

Nas traduções, que muitas vezes eram imitações (adaptações) de romances sentimentais, o editor português retirava o nome do autor e modificava os títulos, colocando em seu lugar algo mais tentador e sugestivo.

O desenvolvimento da nova atividade tradutória no Brasil do século 19 contou com obstáculos que dificultaram seu crescimento. A imprensa Régia, criada em 1808, significou o fim da proibição de imprimir no Brasil, o que possibilitou a impressão de obras escritas originalmente em português ou traduzidas para essa língua; entretanto, outros obstáculos ainda existiam: o

controle da alfândega – que confiscava livros proibidos pela polícia –, a censura e o alto preço do papel importado.

A partir de 1821, a publicação e a entrada de livros estrangeiros pela alfândega passaram a não depender mais de censura ou licença, fato que abriu novos horizontes tanto para livreiros quanto para tradutores. As tipografias se multiplicaram e os tradutores centuplicaram de 1808 a 1890 (Wylter, 2003: 83-84).

Mas a França manteve seu domínio cultural, exportando legalmente livros para o Brasil e abrindo aqui várias livrarias. A forte indústria tipográfica francesa expandiu seus negócios no país através da exportação de livros e no catálogo das livrarias brasileiras havia muito mais livros de autores franceses do que de qualquer outra nacionalidade. Os livros importados tinham um preço menor, pois no Brasil o custo do papel era ainda muito alto por conta dos impostos de importação. Naturalmente, para haver uma produção cultural nacional era fundamental que o Brasil não precisasse importar o papel, o que veio a ocorrer, em parte, em 1920 e, definitivamente, só em 1976.

Mesmo tendo enfrentado vários obstáculos de natureza política, ideológica e econômica – colonização, proibição de impressão, censura e custos de importação de papel, entre outros –, a prática tradutória ainda assim prosperou no século 19. Nesse século, a tradução encontrou outra forma de se expandir no Brasil: através dos jornais (que já existiam em número razoável), com a tradução dos romances-folhetins. A divulgação desse tipo de romance se revelou uma experiência relativamente barata e popular, já que era de mais fácil acesso do que romances publicados na forma de livros.

## 7.2

### **A prática tradutória dos romances-folhetins no Brasil do século 19**

Atribui-se a Émile Gerardin a invenção do romance-folhetim na França. Esse gênero de narrativa nasceu inspirado no sucesso dos melodramas encenados no teatro, nos quais sempre havia elementos sensacionalistas que prendiam a atenção do espectador, o que contribuía para o sucesso da peça. Por volta de 1836, Gerardin, atraído pelos lucros possíveis, decidiu publicar em jornais romances com características semelhantes. Esses romances eram publicados no rodapé das páginas dos jornais e o público se habituou a procurá-los nos jornais, onde

apareciam divididos em partes ou capítulos, estratégia que gerava uma curiosidade no público e impulsionava a venda dos jornais (ver Esteves, 2003: 136).

Esse gênero foi introduzido no Brasil por Justiniano José da Rocha, jornalista político de destaque durante o Segundo Reinado (1840-1889). Rocha, ao perceber a popularidade do romance-folhetim na França, escreveu folhetins e traduziu vários outros do francês – entre os quais *Os miseráveis*, de Victor Hugo – para os jornais brasileiros (Paes, 1990: 19).

O romance-folhetim fez grande sucesso na época, “arrebata[ndo] a paixão do público e multiplica[ndo], por conta disso, a venda dos jornais” (Esteves, 2005: s.p.). Segundo Cocco (2005: 79), “leituras coletivas em serões reúnem a família e os agregados no mesmo fascínio, a ouvir aventuras e desventuras de inocentes vítimas às voltas com empedernidos vilões, como bem aponta José de Alencar, recordando sua infância”. Autores como José de Alencar e Machado de Assis chegaram a publicar seus livros em formato folhetim. A produção nacional, entretanto, ainda era incipiente para atender à grande demanda dos leitores brasileiros. Segundo Paes (1990: 20), “tão grande foi a voga do folhetim romântico no Brasil que logo se verificava um ‘desequilíbrio entre a apetência do público e a capacidade nacional de produção’”. A tradução passou a ser estimulada para atender às necessidades dos jornais. Além da escassa produção brasileira, vale ressaltar que o fascínio nacional pela Europa, sobretudo pela França, explica também o grande número de folhetins traduzidos do francês. A própria produção nacional ficava bem próxima do estilo europeu; tanto que Machado de Assis chegou a dizer que “escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil” (Wyler, 2003: 93).

A versão dos romances-folhetins franceses para o português seguia as estratégias da imitação: os textos eram adaptados, expandidos e reduzidos. Justiniano Rocha justifica tal prática:

Será traduzida, será imitada, será original a novela que ofereço, leitor benévolo? Nem eu mesmo que a fiz vô-lo posso dizer. Uma obra existe em dois volumes, e em francês, que se ocupa com os mesmos fatos; eu a li, segui seus desenvolvimentos, tendo o cuidado de reduzi-los aos limites de apêndices, cerceando umas, ampliando outras circunstâncias, traduzindo os lugares em que me parecia dever traduzir, substituindo com reflexões minhas o que me parecia dever ser substituído; uma coisa só eu tive em vista, agradar-vos. (*apud* Esteves, 2003: 142)

A explicação de Justiniano Rocha é uma forma de justificar as alterações que realizou em sua tradução. Agradar ao público era o alvo maior. Assim, a princípio, o texto traduzido mantinha o ambiente parisiense, os hábitos franceses, denotando submissão à cultura francesa. Essa tendência revela a força da ideologia dominante internalizada pelos tradutores brasileiros da época: se na França a forma de traduzir era regida pela noção das *belles infidèles*, no Brasil a prática tradutória se pautou pela mesma noção. Na tradução de *A filha do general*, por M. de C., realizada para o *Correio das Modas* em 1839, é possível conferir a tendência em “melhorar” o original, típica das traduções francesas da época: “Lemos esta novela em uma famosa revista, e por ser muito bonita a traduzimos; todavia cortamos alguns pormenores desnecessários” (*Correio das Modas* n.24, 1839, *apud* Coco, 2005: 82).

Em 1853, em uma nota no *Jornal das Senhoras*, destaca-se ainda outra razão para uma prática tradutória que se utilizava de alterações e omissões:

Encetamos hoje a publicação do romance do sr. Dumas Filho, intitulado “A dama das Camélias”. Por vezes trepidamos em dar publicidade a este romance na língua vernácula, porque, sendo obra escrita dissolutamente, *nos pareceu que sua versão transgrediria* os preceitos que nos temos imposto na escolha dos artigos que saem a lume neste jornal, mas, tendo a pessoa que nos ofereceu a presente versão *feito habilmente alguns cortes e supressões nele, nos resolvemos a admiti-lo assim nas colunas do Jornal das Senhoras*. Concluindo, agradecemos ao tradutor incógnito o valioso presente que nos fez, e recomendamos a todos a leitura desta história verdadeira e contemporânea cuja versão, se não é servil, se não traduz palavra-por-palavra, dificilmente encontrará no original uma idéia, um pensamento, que no português não tenha a frase equivalente. (*Jornal das Senhoras*, 03/07/1853, *apud* Coco, 2005: 82, grifos meus)

Coco (2005: 82), em sua análise das traduções de romances-folhetins, diz que “o mais provável a justificar ‘cortes’ e ‘supressões’ [...] terá sido a reação puritana do público leitor (suspeitamos, masculino, que já acusara, em carta, as redatoras de ‘não serem mulheres’, pois ‘escrevem como homens’...)”. Ainda que tenha sido, de verdade, a razão pela qual os tradutores optaram por modificar o original, é possível entrever uma outra explicação para as alterações feitas à época: o que estava em jogo era o dinheiro, mola mestra do poder. Se as traduções não agradassem ao público, o jornal perderia a renda, aumentada com a

publicação dos romances. Mais uma vez, o contexto social determinou uma política de ação que, por sua vez, determinou a estratégia tradutória a ser adotada.

O termo “patronagem”, utilizado pelo teórico da tradução André Lefevere, pode ser uma maneira de explicar o ocorrido com a tradução no *Jornal das Senhoras*. Segundo Lefevere (*apud* Oliveira, 2002: s.p.), “patronagem pode ser entendida como o poder exercido por pessoas e instituições (partidos políticos, editores, jornais, revistas, televisão, etc.), que determinam o que será permitido ou não ser lido, escrito ou reescrito em termos de literatura”.

Ainda em relação à maneira como era feita a tradução de romances-folhetins, é digno de nota que o tradutor em alguns casos fazia literalmente a vez de autor. Isso ocorria quando chegavam ao Brasil com atraso os capítulos dos romances, os quais eram aqui traduzidos e publicados simultaneamente à sua publicação na França. Um típico exemplo desse caso foi o que houve com *Rocambole*, de Ponson du Terrail, famoso romance-folhetim da época, traduzido por Souza Ferreira e publicado no *Jornal do Comércio*: um atraso na chegada dos originais fez com que o tradutor continuasse a escrever a história para que não fosse interrompida a sua publicação. Por ser um folhetim bastante popular, a história não podia parar; tudo era aceitável, menos interromper a história. Souza Ferreira, o tradutor,

chegou a matar alguns personagens. Tal medida lhe custou trabalho em dobro, quando a regularidade do correio foi restabelecida e o tradutor teve acesso de novo aos originais. Foi necessário “ressuscitar” personagens para conciliar o trecho da história criado pelo tradutor com o restante, produzido pelo autor. (Esteves, 2005: s.p.)

Tal era o sucesso dos personagens dos romances-folhetins entre os brasileiros, que, a propósito de *Rocambole*, o fato de os leitores terem sido fortemente seduzidos e influenciados pela linguagem de um dos mais famosos personagens scandalizou cronistas da época, que destacaram o “esquecimento” da língua portuguesa.

Nos botequins, pelas ruas, tudo é “Rocambole”.  
Daqui a dois dias haveremos de ver um “dandy”, entrar em um “restaurant”, sentar-se, segundo as leis da etiqueta, em uma cadeira em frente de uma mesa, torcer o bigode e pedir ao “garçon” “filet” com “petit pois au Rocambole”, “mouton au Rocambole” “du veau sauce tomate au

Rocamboles” e pedir enfim em francês todos os pratos a Rocamboles! (...) Decididamente, o senhor Ponson du Terrail vai à posteridade! (Coco, 2005: 83-84)

Apesar do grande sucesso alcançado pelos romances-folhetins, esse gênero de produção era considerado de segunda linha, pois sua estrutura simplificada, aliada a uma construção banal de linguagem, estava longe de representar uma produção literária no sentido estrito. Todavia, autores de literatura brasileira foram influenciados pela tradução dos folhetins no século 19. Citando Soares Amora, Paes afirmou que o sucesso dos romances-folhetins foi tão grande no Brasil que a invasão do romance estrangeiro (freqüentemente em más traduções, do que, infelizmente, o grande público não se apercebe), [...] cheg[ou] a contaminar o nosso romance de processos técnicos, temas e concepções da vida, estranhos à nossa mentalidade. (*apud* Paes, 1990: 20)

Segundo Paes (*ibidem*), “foi sabidamente para reagir contra semelhante contaminação, a que ele próprio de resto não ficou imune, que Joaquim Manuel de Macedo escreveu *A moreninha* [1844]”. Nessa afirmação de Paes parece haver também um sinal da necessidade de o romance brasileiro do século 19 afirmar a identidade nacional. Assim, os romancistas passaram a criar personagens bem brasileiros e a abraçar paisagens e ambientes. Como exemplo disso temos *Maria, ou vinte anos depois*, romance de Joaquim Noberto de Souza e Silva publicado em 1844, que tem como início do primeiro capítulo um elogio às montanhas da Gávea.

Depois da Independência o pendor [de brasilidade] se acentuou, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. Isto explica a importância atribuída [...] à “tomada de consciência” dos autores quanto ao seu papel, e à intenção mais ou menos declarada de escrever para a sua terra, mesmo quando não a descreviam (Cândido, 1981: 26).

Guardadas as devidas proporções, a produção literária brasileira do século 19 representou um ganho significativo no âmbito do projeto de um país que, em 1822, conquistava sua tardia independência política.

### 7.3

#### A tradução no Brasil da primeira metade do século 20

No século 20, vários fatores de ordem sócio-econômico-política favoreceram a produção de livros no Brasil e contribuíram para o aumento da atividade tradutória. A Primeira Guerra Mundial praticamente interditou o comércio marítimo entre a Europa e o restante do mundo ocidental, o que fez com que o Brasil fosse obrigado a voltar sua atenção sobre si mesmo. Isso, no que diz respeito ao mercado de livros, representou um grande crescimento do parque editorial. Os autores nacionais passaram a ser priorizados e, ao mesmo tempo, a atividade tradutória conheceu um crescimento até então inédito. Antes mesmo da década de 1930, várias editoras já estavam estabelecidas no mercado brasileiro. Embora o direito autoral já estivesse consolidado desde 1916, ainda vigoravam transgressões conhecidas vulgarmente como “pirataria” de textos estrangeiros.

Quando Getúlio Vargas assumiu a presidência da República, em 1930, à frente de uma revolução nacionalista, implantou no país um projeto de educação com vistas a minimizar o analfabetismo, qualificar a mão-de-obra do trabalhador, dentre outras medidas, para que o país fosse alçado à categoria de nação em processo de desenvolvimento. Vargas “propunha substituir importações industrializando o país, aprovar novas leis trabalhistas, educacionais e eleitorais e promulgar uma Constituição mais adequada a suas metas” (Wylter, 2003: 108). Para que a demanda de livros aumentasse, possibilitando substituir a importação de livros estrangeiros por uma produção nacional, era importante estimular a alfabetização; estimular ainda a publicação de livros, revistas e jornais de cunho educativo e a tradução de obras inéditas. Em 1937, Vargas criou o Instituto Nacional do Livro (INL) para alavancar mais esse processo de industrialização e difusão do livro no Brasil. Esse instituto controlaria “apenas traduções escolhidas e subsidiadas de ‘obras raras e preciosas’ que interessassem à cultura nacional, especialmente relatos de viajantes estrangeiros nos séculos anteriores” (Wylter, 2003: 109). As demais traduções deveriam passar pelo controle do Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia – criado em 10 de novembro de 1937, mesmo dia em que o Estado Novo foi decretado –, o qual deveria controlar a produção intelectual, visando a defesa do Regime e do governo. Como as taxas de

importação encareciam os livros importados, o Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia deu parecer favorável ao incremento das traduções.

Em setembro de 1939, quando a Segunda Guerra Mundial eclodiu, novamente surgiram restrições às importações européias. No Brasil, o regime Vargas intensificou a censura política no período entre 1939-1942. De fato, em 1939 Vargas fundou o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – com o objetivo de melhor controlar a entrada no país de publicações que pudessem atentar contra a ideologia e o programa de governo. Toda a produção intelectual passou a ser tenazmente controlada pelo DIP, e os escritores – e intelectuais, em geral – que não se enquadravam nos ditames do poder foram presos e tiveram suas obras censuradas ou destruídas.

Com a censura da Era Vargas (1930-1953), muitos escritores já consagrados dedicaram-se, como alternativa tanto de subsistência quanto de manutenção do contato com os leitores, à tradução de livros infantis. Com isso, familiarizavam-se com o pensamento europeu e norte-americano ao mesmo tempo em que não se indispunham com o governo. Foi quando no país ao ofício de escrever somou-se o de traduzir. Nasceram os *autores-tradutores*.

As editoras, que àquela época já estavam consolidadas e já eram empreendimentos rentáveis, tiveram de se render a esse nicho de mercado. Os autores-tradutores passaram a ser disputados. Além de literatura infantil, as editoras organizaram coleções de autores estrangeiros em geral e, passada a guerra, de ficção estrangeira de autores já falecidos – um recurso de economia em relação aos direitos autorais. Com isso, o número de tradutores no mercado cresceu. A Era Vargas, caracterizada em parte pela revolução nacionalista, alavancou o progresso da indústria livreira, estimulou as traduções brasileiras e atenuou a influência da cultura francesa, substituída pela norte-americana. Segundo Milton (2002: 13), “certamente podemos dizer que a tradução foi um dos elementos mais importantes na nova hierarquia das línguas estrangeiras no Brasil”.

Entre os autores-tradutores da primeira metade do século 20, o mais polêmico e prolífico foi Monteiro Lobato, que em seu tempo teve plena consciência da importância do tradutor para as editoras, para a difusão de conhecimentos e para a divulgação de idéias políticas. Em 1937, Lobato chegou a ser o autor que mais vendeu livros no Brasil,

com 1.200.000 exemplares de livros e traduções sob sua responsabilidade, ou seja, mais da metade dos 2.300.000 exemplares impressos pela Companhia Editora Nacional e sua sucursal, a Editora Civilização Brasileira. Tal cifra constitui praticamente um terço da produção total brasileira nesse ano. (Miceli, 1979: 75-76)

Em sua prática tradutória, Monteiro Lobato inovou ao usar a linguagem coloquial, fato que deu início a uma nova fase da literatura juvenil. Até então, as traduções voltadas para esse público eram feitas para o português de Portugal, o que tornava o texto quase ininteligível, pois o português do Brasil já apresentava grandes diferenças em relação àquele de Portugal. Lobato traduziu obras como *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carrol, *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe, entre outras, e aproximou do público infantil brasileiro esses personagens de outros países ao colocá-los em sua obra *O sítio do picapau amarelo*.

Na verdade, o objetivo de Lobato era facilitar a leitura para torná-la mais agradável e acessível ao leitor, com vistas a permitir um entendimento imediato. Para tanto, utilizava a linguagem coloquial, pois o público leitor brasileiro de então era ainda menos culto do que o atual. Como editor, Lobato buscava atender as expectativas do público para que a venda de livros aumentasse e, com elas, os lucros. Para “Lobato editor importava menos o conteúdo de seus livros do que o fato de eles atenderem à necessidade do público, dando lucro a seu produtor” (Vieira *apud* Martinez, inédito, p.8). Na tradução, Monteiro Lobato apropriava-se do original e o adaptava à realidade e às necessidades do leitor brasileiro: “para tornar um livro mais atraente para o público brasileiro, Monteiro Lobato faria o que fosse preciso: simplificar, abasileirar, resumir, explicar; ou seja, adaptar” (Martinez, *op.cit.*, p.17).

Além de Monteiro Lobato, vários autores-tradutores, tais como Manuel Bandeira, Cecília Meireles e Érico Veríssimo, contribuíram para o sucesso comercial das principais editoras na primeira metade do século 20. As principais editoras desse período foram a Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, a Editora Globo e a Editora José Olympio, e o gênero de maior sucesso era a literatura de ficção.

Dentre todos os gêneros editados de 1938 a 1943, a literatura de ficção ocupa o primeiro posto em virtude dos elevados índices de venda que alcançaram os chamados gêneros “menores”, isto é, os romances das

coleções “menina-moça”, os policiais e os livros de aventuras, aos quais se pode acrescentar as biografias romanceadas, gênero que detém a sétima posição no “ranking”, e mais uma parcela das obras infantis. Quando se considera o conjunto dos gêneros literários (ensaios, crítica, história literária, poesia, teatro, etc.), a produção nessa área chega a cobrir 38% dos títulos. (Miceli, 1979: 85-86)

No entanto, é preciso destacar que o aumento da demanda por esses tipos de produção escrita correspondeu a circunstâncias do contexto histórico de então, vale dizer, de uma classe média mais estável socialmente e que se mostrava exigente em relação ao entretenimento. Proliferaram as publicações – traduzidas ou não – que, de certa forma, normatizavam os comportamentos: como ser boa dona de casa; como fazer boas receitas; como vencer na vida; como emagrecer etc. Tratava-se, no pós-guerra, de editar supostas normas de bem viver e estimular o consumo de livros. Tal situação indicava o quanto a intelectualidade estava submetida às demandas do consumidor.

A qualidade duvidosa das traduções brasileiras acabou chamando a atenção de críticos da época. Elas eram encomendadas aos autores porque se entendia que, sendo eles conhecedores da língua-materna, o produto final seria bom. Escapava aos editores que os autores traduziam porque ganhavam muito mais traduzindo do que escrevendo (ver Wyler, 2003: 121). Além disso, o fato de saber escrever bem na língua-materna não é garantia de boa tradução. Mas, justamente porque eram autores consagrados, esses autores-tradutores colocavam-se numa posição de igualdade em relação ao autor estrangeiro, dessacralizando o original e apropriando-se dele para fazer alterações muitas vezes gravemente arbitrárias. Comumente os autores-tradutores precisavam traduzir a “toque de caixa” para que o rendimento aumentasse. Assim, não era incomum haver traduções que, mesmo sem problemas com a língua-meta, apresentavam problemas de tradução.

Para solucionar tal situação, a Editora Globo – fundada em 1883 como uma simples papelaria-livraria-gráfica e que prosperou muito no governo de Getúlio Vargas –, através de seu editor, Érico Veríssimo, lançou mão de estratégias para controlar a qualidade das traduções. Para tal, passou a contratar os tradutores como trabalhadores fixos e com remuneração também fixa. O livro era entregue ao tradutor, que trabalhava na sede da editora. Terminada a tradução, esta e o original eram entregues a um especialista nas duas línguas para cotejar e

verificar a fidelidade da tradução. Depois, outro especialista analisava o estilo do livro com o tradutor. Quando havia divergência, um árbitro era convocado para resolver o impasse. Essa estratégia e as modificações nas condições de trabalho do tradutor – agora amparado por uma legislação trabalhista e por salários mais dignos – inauguraram a Idade de Ouro da tradução no Brasil (ver Wyler, 2003: 124-129).

## 7.4

### **A prática tradutória do Clube do Livro: de 1943 a 1960**

A expansão significativa na comercialização do livro no correr dos anos 1930 no Brasil favoreceu a criação do Clube do Livro, que começou a funcionar em 1943. Com o objetivo de estimular a leitura, o Clube do Livro publicava livros mensais a aproximadamente um terço do preço dos livros vendidos em livrarias. Os livros eram entregues pelo correio ou por entregadores. A missão do Clube era levar livros baratos ao maior número possível de pessoas, permitindo-lhes montar uma biblioteca caseira. O Clube do Livro teve um grande sucesso, pois popularizou o livro. Estimulado pelo conhecimento advindo das leituras, o público teria sede de mais e, assim, compraria mais livros, realizando o objetivo das editoras de vender cada vez mais, e, igualmente, do governo, que, apostando no progresso, desenvolveu uma campanha de difusão do livro. Este teria de ter características que atendessem aos desejos do leitor e ser lucrativo para a editora. Assim foi desenhado o perfil das práticas tradutórias do Clube do Livro.

O Clube do Livro dependia da rapidez com que eram feitas as traduções para poder cumprir os prazos mensais. Eram igualmente importantes o montante de vendas, os preços e o número de páginas. (Milton, 2002: 86)

Como as demais práticas humanas, a tradutória estava subjugada ao contexto histórico da época; assim, o tema da obra a ser traduzida, o tipo de linguagem da tradução, as omissões e alterações no texto, além da atitude paternalista para com o leitor, obedeciam a um conjunto de normas ditadas pelo editor, que, por sua vez, seguia determinações de ordem política e econômica.

O tema era importantíssimo para a escolha da obra a ser traduzida: evitavam-se os temas passíveis de questionamento político-ideológico. Se por acaso os houvesse, seriam omitidos ou modificados na tradução. Como a época

era de ditadura e, portanto, de forte censura, pontos de vista políticos inaceitáveis eram retirados. Pobreza e opressão eram deixados de fora. Reflexões psicológicas e elementos sexuais também eram omitidos. As traduções deveriam despertar emoções para prender a atenção do leitor; “apenas as emoções importam: amor, excitação, realização ou esforço” (Milton, 2002: 86). O enredo deveria ser de fácil compreensão. Quando, no original, características nacionais eram colocadas em discussão, a tradução as omitia ou as “aparava”, assim como elementos que sugerissem anticatolicismo. A tradução deveria servir também para reforçar o *status quo* ideológico; portanto, elementos que pudessem ameaçar a ideologia dominante deveriam ser omitidos (ver Milton, 2002: 107-112).

A linguagem traduzida deveria ser homogeneizada, ou seja, deveria ser “melhorada” para o português padrão, e a multiplicidade de dialetos contidos nos originais eram transformados em um único tipo de linguagem na tradução. Gírias e palavras de baixo calão não deveriam estar presentes na tradução; era comum uma elevação geral do registro. Milton (2002: 52) diz que, “ao estudar as traduções de romances clássicos do inglês para o português, realizadas entre 1945 e 1975 [...], descobri que nunca foram utilizados falares de baixo padrão ou gírias nas traduções”. Seguindo essa tendência, elementos escatológicos também eram suprimidos:

Na recontagem de Monteiro Lobato, *Viagem de Gulliver ao país dos homenzinhos de um palmo de altura* (1937), Gulliver apaga o incêndio no palácio com seu chapéu, em vez de urinar em cima dele; e na versão infantil, condensada por Barros Ferreira, *Viagens Maravilhosas de Gulliver* (1953), Gulliver tira um vidro de tinta de sua bolsa e despeja o conteúdo sobre o palácio para apagar o fogo. (*ibidem*, p. 111-112)

É possível traçar um paralelo entre essa prática tradutória e as *belles infidèles* francesas do século 17. Em ambas, com a justificativa de agradar o leitor, era aceitável alterar bastante o texto original. Quanto ao estilo, as fontes apontam para uma ausência de complexidade estilística; o que contava eram as emoções.

As condensações – para que o produto final tivesse um certo número de páginas que garantissem o lucro do negócio – eram prática comum. Havia as condensações explícitas e as encobertas. Nas explícitas, as traduções não escondiam os cortes e adaptações. Nas encobertas, o fato de serem traduções condensadas era disfarçado. Muitas publicações de traduções condensadas do

Clube do Livro eram conhecidas por “traduções especiais”, para não deixar claro que eram condensações (*ibid*, p. 94). Traduzir sem condensação tornaria o livro mais caro, já que o peso do livro influenciava no custo final – muitos livros eram enviados pelo correio.

A atitude paternalista em relação ao leitor era outra característica marcante das traduções do Clube do Livro entre os anos de 1943 e 1960. Vale lembrar que o Clube do Livro era destinado a pessoas de classe média baixa, o que significava, naquela época, um público que não tinha o hábito da leitura nem um alto nível de escolaridade. Esses fatores contribuíram para a atitude paternalista do editor para com o leitor. Palavras pouco conhecidas ou estrangeiras, além de referências clássicas, vinham com explicações e até conselhos em notas de rodapé. Quanto ao texto literário, este era transformado para que houvesse clareza de linguagem, o que, naturalmente, destruía a tessitura do discurso literário, necessariamente ambíguo. Havia também na tradução grande utilização de notas, para facilitar a leitura e explicar o significado de alguma palavra ou expressão que julgassem complicada para o leitor. Essas notas serviam também para “educar” os leitores. Na tradução de 1958 de José Maria Machado da obra *O professor*, do original de Brontë, havia uma nota de rodapé de mais de meia página contendo orientações aos leitores sobre hábitos nutricionais, já que no original havia referências aos precários hábitos de comer e beber de autores e personagens. Os editores do Clube do Livro, preocupados que o leitor pudesse copiar esses hábitos, fizeram a seguinte nota:

Por essa pequenina frase, brilhantemente traduzida por José Maria Machado, *fidélissimo, como sempre*, ao difícil texto do original inglês, percebemos que para Charlotte Brontë [*sic*], nascida em 1816 e falecida em 1855, com apenas 39 anos de idade, comer e beber eram “rudes cuidados”. Esta errada concepção vem de longe e atinge inúmeras pessoas que julgam ato inferior o indivíduo ter certo encanto pelas coisas alimentares, e que é elegante não comer ou comer pouco. *Êste erradíssimo* ponto de vista tem feito muitas vítimas; a própria Charlotte Brontë talvez tenha pago com a vida o descaso alimentar que se adivinha no que escreve. A tuberculose, que a levou tão cedo deste mundo, não teria sido conseqüência do seu êrro alimentar? (*apud* Milton, 2002: 45, grifos meus)

Como explicação para tal prática, os editores do Clube do Livro amparavam-se nos objetivos do próprio Clube:

Como as nossas edições, desde 1943 [...] circulam, livremente, em todos os lares e vêm sendo adotadas [...] por inúmeros estabelecimentos de ensino, procuramos [...] comentar e explicar o texto, a fim de que a literatura cedida aos nossos distintos associados e leitores de todo o País tenha o tríplice objetivo: recriar-lhes o espírito, ilustrá-lo e, quando possível, elevá-lo. (Milton, 2002: 148)

Se os editores ditavam as regras, por sua vez estavam submetidos ao poder político que controlava toda a produção intelectual da época. Quando o tradutor não obedecia às normas editoriais, o editor podia não permitir a publicação da tradução. Sob o ponto de vista do editor, o aspecto mais importante era o comercial. Talvez, por isso, Milton tenha feito um paralelo entre a linha de produção industrial e as traduções feitas às pressas, com vistas a atender uma demanda do mercado de massa. Fomentar o interesse por livros era uma missão para os editores que perseguiram os lucros a todo custo. Exemplo disso é o fato de eles terem percebido que “reciclar” uma tradução já existente era bem mais barato do que pagar por uma nova.

*As viagens de Gulliver a terras desconhecidas* foi publicado numa versão muito resumida, pelas Edições Cultura, em 1940, com a nota: “traduzida para o português por Henrique Marques Junior, ‘escrupulosamente revisada e modernizada’”. “Escrupulosamente revisada” é um eufemismo para “foram feitos cortes enormes”. (*ibidem*, p. 124)

Quanto às obras clássicas traduzidas nesse período, estas eram adaptadas para determinado público-leitor. A obra original sofria ou não cortes, dependendo de a quem se destinava. De maneira geral, as obras clássicas eram traduzidas numa linguagem “facilitada”, com vistas a alcançar um maior número de leitores. Por isso, talvez, Umberto Eco (1993: 41) tenha feito referência ao fato de a cultura de massa transformar os clássicos em produtos de consumo.

De fato, segundo Milton (2002), o gosto por uma literatura de fácil leitura, que se firmou na metade do século 19 e durante o século 20, levou a padrões estereotipados de muitas obras de ficção, moldando a expectativa do leitor em relação aos livros. Certamente esse processo reforçou a cultura de massa e a atitude passiva dos leitores em relação a qualquer dominação cultural. Talvez por isso a prática tradutória predominante no Clube do Livro tenha privilegiado estratégias de homogeneização da linguagem, notas de rodapé com julgamentos, explicações e conselhos, além de cortes e alterações significativas.

Milton, em *O clube do livro e a tradução* (2002), propõe três tipos de mercado consumidor de livros. O primeiro, o literário, para o qual a tradução era completa, sem cortes – as coleções dos clássicos da Editora Globo. O segundo, para o qual as condensações disfarçadas eram produzidas – ocultava-se o fato de terem sido condensadas: as “traduções especiais” do Clube do Livro. Essas condensações em geral eram vendidas a preço reduzido e, devido aos custos de produção, obedeciam a um certo número de páginas. Finalmente, o terceiro mercado: o das mulheres e crianças, para o qual eram produzidas as condensações explícitas, ou seja, aquelas em que ficava claro para o leitor que eram traduções com cortes. Nortearam essas práticas tradutórias as relações do poder econômico mediadas pelo mercado editorial.

Quaisquer que tenham sido as circunstâncias adversas às quais os tradutores estiveram submetidos, no Brasil a tradução foi importante na medida em que aproximou o Brasil de países estrangeiros. O leitor brasileiro, graças à tradução, pôde sentir-se parte do mundo. Sônia Amorim, em seu trabalho sobre a Editora Globo, de Porto Alegre, diz:

a atuação da Globo, uma editora de província, na edição de literatura traduzida, ironicamente desprovincianizou e modernizou o leitor brasileiro, tirando-o do atraso em que se encontrava e colocando-o no nível dos leitores de países mais desenvolvidos. (*apud* Milton, 2002: 135)

## Conclusão

Neste trabalho apresentei algumas das práticas tradutórias ocidentais mais significativas ao longo do tempo – da Antigüidade Clássica à contemporaneidade –, destacando o contexto histórico como força determinante no exercício dessas práticas.

Devido ao excesso de categorias existente para descrever as práticas tradutórias, dediquei o segundo capítulo desta dissertação a um esclarecimento terminológico-conceitual com intuito de simplificar a “confusão” gerada por aquele excesso. Dos muitos modos de traduzir, escolhi apenas três: *palavra-por-palavra*; *sentido-por-sentido* e *imitação*, os quais descreveram satisfatoriamente as práticas tradutórias aqui apresentadas. É importante ressaltar que há gradações possíveis entre os tipos de tradução e que um mesmo texto traduzido pode envolver várias estratégias, as quais dependem do tipo de texto e do objetivo da tradução.

Os romanos da Antigüidade Clássica tinham grande admiração pelo patrimônio artístico grego e, através da tradução, recriaram em latim o melhor da cultura grega. O objetivo da tradução romana foi, sobretudo, o exercício estilístico como um meio para enriquecer a língua latina e para aprender a arte da retórica, importante recurso da linguagem centrado no poder da palavra. Os registros da tradução romana indicam que ela caracterizou-se principalmente pela *imitação*.

Em relação à Idade Média, apresentei as práticas tradutórias de São Jerônimo, de Boécio e da Escola de Toledo, esta última realizada vários séculos depois das duas primeiras. No período medieval, ocorreu a diferenciação entre a tradução sacra e a profana. A sacra, resultado do avanço do cristianismo, caracterizou-se pela *tradução palavra-por-palavra*: a palavra de Deus não deveria ser alterada. Boécio defendia a tradução palavra-por-palavra também para os textos filosóficos, argumentando que este modo de traduzir impedia a corrupção da verdade. A tradução profana caracterizou-se pela *tradução sentido-por-sentido* – defendida por São Jerônimo, para quem a fidelidade ao sentido do texto era primordial – e pela *imitação*. Esta prevalecia na Escola de Toledo, na qual os textos sofriam alterações para atender às necessidades dos que encomendavam a

tradução: no século 12, o poder eclesiástico; no século 13, o monárquico. Na Renascença, destaquei algumas das práticas tradutórias mais significativas e priorizei três países: a Inglaterra, a França e a Alemanha.

Na Inglaterra renascentista, o objetivo político-cultural da tradução era o enriquecimento e fortalecimento da língua vernácula e as estratégias tradutórias constituíam-se em função desse objetivo. A prática tradutória inglesa desse tempo caracterizou-se principalmente pela *imitação*: os tradutores omitiam ou acrescentavam certas passagens e modificavam o estilo do original para tornar o texto mais acessível ao leitor.

Na França renascentista, como na Inglaterra, o enriquecimento e fortalecimento do vernáculo era o objetivo a ser atingido pela tradução. A prática tradutória neste país também caracterizou-se predominantemente pela *imitação*, pois os tradutores valiam-se de paráfrases e de explicações para garantir a clareza textual.

Na Alemanha renascentista, a tradução foi marcada pela prática tradutória de Martinho Lutero, que priorizou a *tradução sentido-por-sentido*, ainda que algumas vezes tenha traduzido *palavra-por-palavra*: tratava-se do que era necessário e possível naquele momento histórico em particular. Lutero transformou o complexo texto bíblico em um texto compreensível ao homem comum. A Bíblia de Lutero ajudou a consolidar a Reforma Protestante e representou a expansão e fixação da língua alemã.

Na Inglaterra iluminista, o objetivo da tradução era ainda o de elevar o padrão do vernáculo. Nos registros da prática tradutória inglesa desse tempo, identificam-se muitas contradições nos comentários de famosos tradutores e intelectuais da época. Muitas vezes eles diziam não valer-se da imitação, mas modificavam o estilo do original e recomendavam certa quantidade de alteração e omissão. Se por um lado foi possível identificar uma prática tradutória caracterizada pela *tradução sentido-por-sentido*, por outro havia também fortes sinais da *imitação*. Os tradutores naturalizavam o texto estrangeiro de forma a aproximá-lo da cultura inglesa.

Na França do Iluminismo a atividade tradutória caracterizou-se pela *imitação* – foi a época das famosas *belles infidèles*. O objetivo da tradução era fixar e impor a cultura francesa e para tal os tradutores adaptavam os clássicos ao gosto francês.

No Brasil do século 19, a tradução dos romances-folhetins guiou-se pela noção das *belles infidèles* francesas do século 17 – devido à forte influência da cultura francesa sobre o Brasil daquele tempo –, tendo se caracterizado pela *imitação*.

Durante a primeira metade do século 20, a *imitação* também predominou no Brasil. Autores já consagrados dedicaram-se à tradução como alternativa de subsistência. Nasceram os *autores-tradutores*, que dessacralizavam o original, colocando-se em posição de igualdade em relação ao autor estrangeiro, fazendo alterações significativas no texto, numa apropriação do original.

As traduções do Clube do Livro entre as décadas de 1943 e 1960 também caracterizaram-se pela *imitação*. O Clube do Livro, para cumprir sua meta de levar o maior número possível de livros às casas brasileiras por preços competitivos, exigia, entre outras intervenções, cortes significativos nos textos para que os livros pudessem ter um certo número de páginas de modo a garantir os lucros.

Não posso deixar de comentar, nesta conclusão, a predominância da *imitação* como modo de traduzir no conjunto das práticas aqui apresentadas. Essa predominância é surpreendente na medida em que contraria a visão que se tem *hoje* acerca da atividade tradutória. Em geral, supõe-se que a tradução é feita palavra-por-palavra, podendo, no máximo, oscilar entre esse modo de traduzir e a chamada sentido-por-sentido.

Tendo percorrido o percurso a que me determinei, acredito ter cumprido meu objetivo de apresentar algumas das práticas tradutórias mais significativas, em diferentes momentos e lugares, e o quanto elas estiveram circunscritas às relações de poder exercidas nos planos político, sócio-cultural e econômico. Através desse viés foi possível entender o porquê das escolhas de obras para tradução e os motivos que determinaram as estratégias tradutórias adotadas. É importante ressaltar, no entanto, que, na direção oposta, a tradução pode ter um papel revolucionário e influenciar a história. A tradução da Bíblia por Lutero é um exemplo disso. A pesquisa histórica da escrita tradutora sem dúvida traz uma melhor compreensão da complexidade que caracteriza essa atividade.

Procurei elaborar um texto didático tendo o universo acadêmico como horizonte de relevância. Creio, por exemplo, que ele pode contribuir para o ensino da tradução, já que constitui um material que reúne em um único texto as práticas

tradutórias mais significativas apresentadas de modo disperso em várias obras. Quero também aqui sublinhar minha preocupação em relacionar tais práticas aos contextos históricos que lhes são próprios. Espero ainda que aqueles que eventualmente venham a ler este trabalho compreendam que a prática tradutória não resulta de uma preferência individual e arbitrária, mas de agentes externos que funcionam como reguladores dessa prática.

## Referências Bibliográficas e bibliografia por capítulo

### Capítulo 1 (Introdução):

BAKER, Mona (org.). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London and New York: Routledge, 1998.

BASSNETT-McGUIRE, Susan. “History of translation theory”. *Translation Studies*. London and New York: Methuen, 1980.

DESLILE, Jean e WOODSWORTH, Judith (orgs.). *Os tradutores na história*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1998.

WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ROBINSON, Douglas (org.). *Western Translation theory: from Herodotus to Nietzsche*. Chicago – London: The University of Chicago Press, 2002.

### Capítulo 2 (Termos e Conceitos):

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: uma teoria na prática*. São Paulo: Ática, 2000 [1986].

AUBERT, Francis Henrik. “A tradução literal: impossibilidade, inadequação ou meta?”. *Ilha do Desterro*, n.17. Florianópolis, Editora da UFSC, 1987, pp. 13-20.

BAKER, Mona (org.). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London and New York: Routledge, 1998.

BAKER, Mona. “Linguística e estudos culturais: paradigmas complementares ou antagônicos nos estudos da tradução?” Tradução de Marcia Martins. *Tradução e multidisciplinaridade*. Marcia Martins (org.). Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.

BARBOSA, Heloisa Gonçalves. *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*. Campinas: Pontes, 2004 [1990].

CATFORD, John. *Uma teoria lingüística da tradução: um ensaio de lingüística aplicada*. Tradução do Centro de Especialização de Tradutores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix/Universidade Católica de Campinas, 1980.

FROTA, Maria Paula. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. Campinas e São Paulo: Pontes e FAPESP, 2000.

NEWMARK, Peter. *Approaches to translation*. Oxford: Pergamon Press, 1982.

SHUTTLEWORTH, Mark e COWIE, Moria. *Dictionary of translation studies*. United Kingdom: ST. Jerome Publishing, 1997.

VIEIRA, Else Ribeiro Pires (org.). *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

### Capítulo 3 (Antigüidade Clássica):

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antigüidade ao feudalismo*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BASSNETT-McGUIRE, Susan. “History of translation theory”. *Translation Studies*. London and New York: Methuen, 1980.

BASSNETT, Susan e LEFEVERE, André (orgs.). “Translation: its genealogy in the West”. *Translation, history and culture*. London and New York: Pinter Publishers, 1990.

DESLILE, Jean e WOODSWORTH, Judith (orgs.). *Os tradutores na história*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1998.

FURLAN, Mauri. “Brevíssima história da tradução no Ocidente – os romanos”. *Cadernos de Tradução* nº VIII. Florianópolis: Núcleo de Tradução, 2001/2: 9-28.

JAGUARIBE, Hélio. *Um estudo crítico da história*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KELLY, Louis G. “History of translation”. E. F. K. Koerner e R. E. Asher (orgs.) *Concise history of the language sciences: from the Sumerians to the cognitivists*. Oxford: Elsevier Science Ltd., 1995.

\_\_\_\_\_. “Latin Tradition”. Mona Baker (org.). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London and New York: Routledge, 1998.

MONTGOMERY, Scott L. “The era of Roman translation”. *Science in translation: movements of knowledge through cultures and times*. Chicago – London: The University of Chicago Press, 2000.

RENER, Frederick. “Rethoric: the translator’s tools in ornamentation”. *Interpretatio: language and translation from Cicero to Tytler*. Amsterdam – Atlanta: Editions Rodopi B.V., 1989.

ROBINSON, Douglas (org.). *Western translation theory: from Herodotus to Nietzsche*. Chicago – London: The University of Chicago Press, 2002.

#### Capítulo 4 (Idade Média):

BASSNETT-McGUIRE, Susan. “History of translation theory”. *Translation Studies*. London and New York: Methuen, 1980.

BASSNETT, Susan e LEFEVERE, André (orgs.). “Translation: its genealogy in the West”. *Translation, history and culture*. London and New York: Pinter Publishers, 1990.

DESLILE, Jean e WOODSWORTH, Judith (orgs.). *Os tradutores na história*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1998.

FURLAN, Mauri. “Brevíssima história da tradução no Ocidente – II. A Idade Média”. *Cadernos de Tradução* nº XII. Florianópolis: Núcleo de Tradução, 2003/2, pp. 9-28.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa 1.0*.

KELLY, Louis G. “History of translation”. E.F.K. Koerner e R.E. Asher (orgs.) *Concise history of the language sciences: from the Sumerians to the cognitivists*. Oxford: Elsevier Science Ltd., 1995.

\_\_\_\_\_. “Latin tradition”. Mona Baker (org.). *Routledge encyclopedia of translation Studies*. London and New York: Routledge, 1998.

PIMENTA-BUENO, Mariza do Nascimento Silva. “Os estudos lingüísticos na Idade Média e da Renascença ao século XVIII”. *A evolução do pensamento lingüístico. Parte 1: dos gregos à modernidade*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004.

ROBINSON, Douglas (org.). *Western translation theory: from Herodotus to Nietzsche*. Manchester, UK & Northampton, MA.. St. Jerome Publishing, 2002 [1997].

#### Capítulo 5 (Renascença):

BASSNETT-McGuire, Susan. “History of translation theory”. *Translation Studies*. London and New York: Methuen, 1980.

BASSNETT, Susan e LEFEVERE, André (orgs.). “Translation: its genealogy in the West”. *Translation, history and culture*. London and New York: Pinter Publishers, 1990.

BERMAN, Antoine. “Lutero ou a tradução como fundação”. *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica: Herder, Goethe, Schlegel, Novalis, Humbolt, Schleiermacher, Hölderlin*. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. São Paulo: EDUSC, 2002.

DESLILE, Jean e WOODSWORTH, Judith (orgs.). *Os tradutores na história*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1998.

ELLIS, Roger e OAKLEY-BROWN, Liz. “British tradition”. Mona Baker (org.). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London and New York: Routledge, 1998.

ENCICLOPÉDIA DIGITAL MASTER: [www.encyclopedia.com.br](http://www.encyclopedia.com.br)

KELLY, Louis G. “History of translation”. E. F. K. Koerner e R. E. Asher (orgs.) *Concise history of the language sciences: from the Sumerians to the cognitivists*. Oxford: Elsevier Science Ltd., 1995.

KITTEL, Harald e POLTERMANN, Andreas. “German tradition”. Mona Baker (org.). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London and New York: Routledge, 1998.

MILTON, John. *Tradução: teoria e prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROBINSON, Douglas (org.). *Western translation theory: from Herodotus to Nietzsche*. Manchester, UK & Northampton, MA: St. Jerome Publishing, 2002 [1997].

SALAMA-CARR, Myriam. “French tradition”. Mona Baker (org.). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London and New York: Routledge, 1998.

## Capítulo 6 (Iluminismo):

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 2000 [1986].

BASSNETT-McGuire, Susan. “History of translation theory”. *Translation studies*. London and New York: Methuen, 1980.

BASSNETT, Susan e LEFEVERE, André (orgs.). “Translation: its genealogy in the West”. *Translation, history and culture*. London and New York: Pinter Publishers, 1990.

DESLILE, Jean e WOODSWORTH, Judith (orgs.). *Os tradutores na história*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1998.

ELLIS, Roger e OAKLEY-BROWN, Liz. “British tradition”. Mona Baker (org.). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London and New York: Routledge, 1998.

FILHO, Milton Benedicto Barbosa e STOCKLER, Maria Luiza Santiago. *História moderna e contemporânea*. São Paulo: Scipione, 1993.

FROTA, Maria Paula. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. Campinas e São Paulo: Pontes e FAPESP, 2000.

KELLY, Louis G. “History of translation”. E. F. K. Koerner e R. E. Asher (orgs.) *Concise history of the language sciences: from the Sumerians to the cognitivists*. Oxford: Elsevier Science Ltd., 1995.

MILTON, John. *Tradução: teoria e prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROBINSON, Douglas. *Western translation theory: from Herodotus to Nietzsche*. Manchester, UK & Northampton, MA: St. Jerome Publishing, 2002 [1997].

SALAMA-CARR, Myriam. "French tradition". Mona Baker (org.). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London and New York: Routledge, 1998.

## Capítulo 7 (Brasil: até metade do século 20):

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira* v. 1. Belo Horizonte: Livraria Martins Editora S/A e Editora Itatiaia Limitada, 1981.

COCO, Pina. "Traduttore, traditore: as traduções brasileiras dos romances-folhetins na imprensa carioca do século XIX". Maria Paula Frota e Marcia Martins (orgs.). *Tradução em Revista* n. 2, 2005, pp. 77-85.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ESTEVES, Lenita. "A influência da tradução na formação e na consolidação da literatura brasileira no século XIX". *III CIATI - Congresso ibero-americano de tradução e interpretação* (meio digital), 2005.

\_\_\_\_\_. "A tradução do romance-folhetim no século XIX brasileiro". *Trabalhos em Lingüística Aplicada* v. 42, 2003, pp. 135-143.

MARTINEZ, Sabrina. "Monteiro Lobato: tradutor ou co-autor?". Monografia inédita elaborada no curso Especialização em tradução Inglês-Português da Pontifícia Unversidade Católica do Rio de Janeiro.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL – Difusão Editorial S.A., 1979.

MILTON, John. *O Clube do Livro e a tradução*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. "The translation of the first texts to Tupi, the classical Indian language in Brazil". John Milton (org.). *Crop, special edition: emerging views on translation history in Brazil*. FFLCH/USP, 2001.

OLIVEIRA, Maria Clara Castellões. "Traduções literárias: jogos de poder entre culturas assimétricas". CD-Rom da III Semana do Professor do ICHL/UFJF, 2002, Juiz de Fora.

PAES, José Paulo. *Tradução: a ponte necessária. Aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo: Ática, 1990.

WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)